



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E  
CIDADANIA**

**MAÍRA DE DEUS BRITO**

**HISTÓRIA DE VIDA DE MÃES QUE PERDERAM OS FILHOS  
ASSASSINADOS: “UMA DOR QUE NÃO CICATRIZA”**

Brasília - DF, outubro de 2017



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E  
CIDADANIA**

**MAÍRA DE DEUS BRITO**

**HISTÓRIA DE VIDA DE MÃES QUE PERDERAM OS FILHOS  
ASSASSINADOS: “UMA DOR QUE NÃO CICATRIZA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania, da linha de pesquisa Direitos humanos, democracia, construção de identidades, diversidade e movimentos sociais

**ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Vanessa Maria de Castro**

Brasília - DF, outubro de 2017

A reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, está autorizada para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

---

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Deus Brito, Maira  
dm478h HISTÓRIA DE VIDA DE MÃES QUE PERDERAM OS FILHOS  
ASSASSINADOS: "UMA DOR QUE NÃO CICATRIZA / Maira de Deus  
Brito; orientador Vanessa Maria de Castro. -- Brasília, 2017.  
102 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Direitos Humanos e  
Cidadania) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Direitos Humanos. 2. Jovens. 3. Negros. 4. Exterminio  
. 5. Genocídio . I. Maria de Castro, Vanessa, orient. II.  
Titulo.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS  
MULTIDISCIPLINARES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS  
HUMANOS E CIDADANIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania, da linha de pesquisa: Direitos humanos, democracia, construção de identidades, diversidade e movimentos sociais

Aprovada por:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Vanessa Maria de Castro - UnB  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa - UnB  
(Examinador externo)

---

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento - UnB  
(Examinador interno)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Magda de Lima Lúcio - UnB  
(Examinadora interna - Suplente)

Brasília, 10 de outubro de 2017

*Em memória de Luiz Leonardo de Souza*

## AGRADECIMENTOS

Laroyê, Exu! Salve o Senhor dos caminhos e da comunicação. Gratidão por ter me trazido até aqui. Também agradeço:

À minha mãe. Sem Dona Angela eu não teria voado tão longe.

À minha família, por ser fonte de inspiração e de esperança.

Às mães que gentilmente aceitaram compartilhar suas histórias comigo.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Maria de Castro, por todo carinho e por toda compreensão ao longo desse caminho.

Ao Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa e ao Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento, e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magda de Lima Lúcio por aceitarem participar da banca.

Às professoras e aos professores do PPGDH/UnB, pela força e coragem em lutar por direitos humanos em tempos tão temerosos.

Às alunas e aos alunos da terceira, quarta e quinta turma do PPGDH/UnB. Aqueles que vieram antes, deixaram conselhos; aqueles que caminharam junto, parcerias inesquecíveis; e aqueles que chegaram depois, bons ventos.

Ao Prof. Dr. Evandro Piza Duarte e a todas e todos integrantes do Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro. Obrigada por toda revolução e resistência.

À Fernanda Madeira, pelo suporte espiritual; à Nana Foster, pela conexão de amor Brasília-São Paulo; à Patrícia Nóbrega, Pollyanna Rodrigues e Suzanna Rezende, pelos quase 15 anos de cumplicidade; à Adriana Izel e Larissa Rodrigues, pelas incontáveis risadas e baladas; à Paula Bittar, por lá atrás ter acreditado no meu mestrado; à Ana Carolina Boquadi pela ajuda na busca pelas entrevistadas; e à Laura “Hima” Gonçalves, pelos e-mails, áudios e ideias compartilhadas nos últimos meses.

Às minhas irmãs, Gabi de Almeida e Mara Karina. O axé de vocês evitou o meu fim.

Aos meus afro-afetos, Ana Luiza Flauzina, Ana Flávia Magalhães, Cris Pereira, Felipe Freitas, Kelly Quirino e Marjorie Chaves. Ter vocês lado a lado faz o caminho mais fácil.

Aos meus queridos Tao Burity e Morena Marques, pelo suporte e acolhimento em terras cariocas.

A Lucas Nóbrega por todo apoio, parceria e incentivo na escolha e no caminho do mestrado.

À todas aquelas e a todos aqueles que enviaram artigos, emprestaram publicações e sugeriram autores que poderiam colaborar com esta dissertação.

Agradeço à Fundação Ford e à Fundação Carlos Chagas por possibilitar, em 2014, o Curso Pós Afirmativas, do qual fiz parte.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio a esta pesquisa.

Saravá a banda de cada um de vocês!

*“Chapa, desde que cê sumiu  
Todo dia alguém pergunta de você  
Onde ele foi? Mudou? Morreu? Casou?  
Tá preso, se internou, é memo? Por que?”*

*Chapa, onde o sol nem surgiu, sua mãe chora  
Não dá pra esquecer que a dor vem sem boi  
Sentiu, lutou, ei djow, ilesa, nada,  
Ela ainda tá presa na de que ainda vai te ver*

“Chapa”, de Emicida e Xuxa Levi

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

DataSuS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DDH – Instituto de Defensores de Direitos Humanos

DF – Distrito Federal

FSM – Fórum Social de Manguinhos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

InfoPen – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IML – Instituto Médico Legal

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento-

PM – Policial Militar

PCC – Primeiro Comando da Capital

RJ – Rio de Janeiro

STJ – Superior Tribunal de Justiça

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

## RESUMO

Em 2015, 31.264 jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídios no Brasil. Se contabilizarmos o número de mortos entre 2005 e 2015, encontramos o assustador dado de 318 mil jovens assassinados. Os números ficam ainda mais preocupantes quando aplicado o recorte de gênero e raça. Em 2015, 47,8% dos mortos foram homens negros e, em um intervalo de 10 anos, a taxa de homicídio de negros (pretos e pardos) cresceu 18,2%, enquanto a taxa de não-negros caiu 12,2%. São dados alarmantes que denunciam o extermínio da juventude negra do país. Diante de um tema tão urgente, decidi falar sobre uma das principais frentes do genocídio da população negra brasileira a partir da história de vida de mães que perderam os filhos assassinados. Interessa saber quem são as mães que estão vendo a vida de seus filhos abreviadas precocemente e de maneira tão violenta, e quais são as percepções delas sobre a influência da raça, do gênero e da classe nessas mortes.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Jovens; Negros; Extermínio; Genocídio.

## RESUMEN

En 2015, 31.264 jóvenes entre 15 y 29 años fueron víctimas de homicidios en Brasil. Si contabilizamos el número de muertos entre 2005 y 2015, encontramos el dato de 318 mil jóvenes asesinados. Los números son aún más preocupantes cuando se aplica el recorte de género y raza. En 2015, el 47,8% de los muertos fueron hombres negros y, en un intervalo de 10 años, la tasa de homicidio de negros creció el 18,2%, mientras que la tasa de no negros cayó el 12,2%. Son datos alarmantes que denuncian el exterminio de la juventud negra del país. Ante un tema tan urgente, decidí hablar sobre uno de los principales frentes del genocidio de la población negra brasileña a partir de la historia de vida de madres que perdieron a los hijos asesinados. Interesa saber quiénes son las madres que están viendo la vida de sus hijos abreviadas precozmente y de manera tan violenta, y cuáles son sus percepciones sobre la influencia de la raza, del género y de la clase en esas muertes.

**Palabras claves:** Derechos Humanos; Jóvenes; Negros; Exterminio; Genocidio.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parte do Mapa da cidade do Rio de Janeiro com a localização de Manguinhos.....	24
Figura 2 – Mapa de Manguinhos.....	26
Figura 3 – “Sarau Mães de Manguinhos: em memória de Caio Daniel e Matheus”.....	27
Figura 4 – Rappers Helen Nzinga e Magoo.....	29
Figura 5 – A camiseta que Ana Paula costuma usar nas manifestações leva a fotografia de Johnatha.....	40
Figura 6 – Medalha Chico Mendes.....	50
Figura 7 – Certificado de nascimento de Johnatha.....	62
Figura 8 – Camiseta do grupo Mães de Manguinhos.....	88

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1 O CAMPO</b> .....	<b>19</b>
1.1 O contato com as entrevistadas .....	20
1.2 Pontes da Zona Norte à Zona Sul .....	21
1.3 “É que eu sou da pele preta” .....	23
1.4 Andando por Manguinhos .....	24
1.5 Os homenageados .....	25
1.6 O Sarau .....	27
1.7 Bianca e o retorno à Zona Sul .....	29
1.8 A segunda entrevista .....	30
1.9 De volta à Manguinhos .....	31
<b>2 “EU, MULHER NEGRA, RESISTO”</b> .....	<b>33</b>
2.1 “Quarto de Despejo” .....	36
2.2 Afetividade .....	39
2.3 Trajetória profissional .....	43
2.4 A dor da vida após a morte .....	45
2.5 “A Mulher do Fim do Mundo” .....	51
2.6 “Andar com fé” .....	54
<b>3 “UM DEFEITO DE COR”</b> .....	<b>58</b>
3.1 “A velha dor” .....	62
3.2 “A compreensão do horror ou o ensaio de uma guerra” .....	66
3.3 Criminalização do corpo negro .....	70
3.4 Assassinatos, prisões e guerras “às drogas” .....	76
3.5 Branquitude e Necropolítica .....	80
3.6 Direitos humanos e a superação da não-cidadania .....	85
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>93</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

Todos os dias, abro o jornal ou ligo a televisão e o rádio e vejo a mesma tragédia de vida dos jovens negros no Brasil. São os jovens negros (soma de pretos e pardos) que continuam sendo assassinados no país diariamente. De acordo com o Atlas da Violência 2017, em 2015, 31.264 jovens entre 15 e 29 anos<sup>1</sup> foram vítimas de homicídio no país. Esse número representa, aproximadamente, 85 jovens mortos por dia.

Na realidade, os números impressionam de uma maneira geral. O Brasil é um dos países que mais mata no mundo. Em apenas três semanas são assassinadas mais pessoas no Brasil do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo nos primeiros cinco meses<sup>2</sup>. Esses dados levam a pensar que o Brasil se encontra em um cenário de massacre, cujos os alvos preferenciais são jovens, negros e de baixa escolaridade.

Entre 2005 e 2015, 318 mil jovens foram assassinados. Em 2015, dos 31.264 mortos, 47,8% eram homens na faixa etária citada. Diante desta avalanche de números, uma informação chama mais atenção e preocupa: quando a cor da pele da vítima é inserida na análise, percebe-se o aumento de 18,2% na taxa de homicídio de negros e a queda de 12,2% na mortalidade de não-negros.

São os jovens negros que morrem mais e que mais continuam a morrer ao longo das décadas. Tal cenário revela um país com o futuro comprometido e com os direitos humanos – de uma parcela da população – sistematicamente violados. Esses jovens não têm o direito à vida e à cidadania garantidos, e suas mortes podem indicar um projeto de Estado interessado em dar continuidade ao projeto de embranquecimento da nação, que teve como ponto de partida

---

<sup>1</sup> A Proposta de Emenda à Constituição 138/03, conhecida como PEC da Juventude, define a faixa etária entre 15 e 29 anos como os jovens no Brasil.

<sup>2</sup> O Atlas da Violência 2017 afirma que o número de homicídios no Brasil, em 2015, ficou estável na mesma ordem de grandeza dos dois anos anteriores. Foram 59.080 mortes – ou 3.408 mortes por semana, aproximadamente. Nos cinco primeiros meses de 2017, foram registrados 498 casos de ataques terroristas, resultando em 3.314 indivíduos mortos.

simbólico o estímulo à imigração europeia na virada do século 19 para o século 20.

Os números alarmantes também chamaram a atenção no ambiente acadêmico que, a cada dia, vê surgir novas pesquisas sobre o tema. A contemporaneidade e urgência da temática fez com que eu optasse em falar do extermínio da juventude negra a partir da história de vida de mães negras que perderam seus filhos, também negros, assassinados.

O objetivo geral desta pesquisa é conhecer as mães negras que perderam seus filhos negros assassinados, observando quais são as percepções delas sobre a influência das questões de gênero, de raça e de classe como fatores propulsores da morte de seus filhos. Como objetivos específicos, apresenta-se:

- Conhecer quais são as percepções dessas mães que tiveram os filhos assassinados sobre o racismo, o preconceito de classe, a criminalização do corpo negro e de instituições que reforçam o discurso anti-negro, como a mídia;
- Perceber como essas mães relacionam o extermínio da juventude negra com os privilégios da branquitude e com a violação dos direitos humanos.

Este trabalho consiste em um diálogo com duas mães que tiveram os filhos assassinados. Entende-se por diálogo um espaço no qual a escuta ativa é fundamental ser realizada. Para isso, escolhi a abordagem qualitativa como ferramenta de pesquisa. Essa abordagem pode explicar a realidade com profundidade ou, como coloca J.W. Creswell (2014), é a forma de detalhar um contexto ou um ambiente e seus participantes de forma direta e poder ouvir suas histórias e relatos. O autor acredita que com esse tipo de pesquisa é possível dar voz aos indivíduos – e assim fazer com que eles compartilhem suas histórias –, além de “minimizar as relações de poder que frequentemente existem entre um pesquisador e os participantes de um estudo” (CRESWELL, 2014).

O aporte metodológico de histórias de vidas e história oral foi importante para construir o mosaico da pesquisa de campo que foi realizada no Rio de Janeiro, no mês de março de 2017.

Pela relevância do tema, atualmente, há uma quantidade razoável de dados sobre o extermínio da juventude negra. Entretanto, é a história oral que possibilita a recuperação de acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais e impressões particulares. Ao resgatar fatos a partir de depoimentos daqueles que viveram tais episódios, percebe-se a história oral também como um mecanismo de registro da biografia e da memória (ALBERTI, 2004). E é isso que é importante para esta pesquisa.

Outros pontos relevantes da história oral são a pesquisa da memória de indivíduos (indo além da memória concentrada em “mãos profissionais”) e a memória como sinal de luta e de processo em andamento (e não apenas preservação de informação). A memória não é apenas o lugar onde recordam-se histórias, é também a história (PORTELLI, 2000).

A alta e crescente taxa de morte de jovens negros – em contraste à baixa e em constante queda taxa de mortalidade de jovens não-negros – é comprovada com números do DataSUS, do Atlas da Violência e do Mapa da Violência, entre outras publicações. Mas as entrevistas das mães, cujos filhos foram assassinados, são únicas e uma contribuição importante na luta das famílias negras que tiveram seus filhos mortos.

É nesse diálogo em que elas relembram as infâncias, os afetos, as alegrias e as tristezas; e é o momento que podem expressar todas as opiniões e revoltas sobre o racismo e o genocídio anti-negro. E por mais que alguma delas já tenham relatado parte de sua história em documentário ou reportagens, cada fala é um instante único, com uma emoção específica.

Por isso, que o pesquisador ou a pesquisadora deverão estar atentos para as reminiscências trazidas nas falas de pessoas que sofreram traumas profundos como a perda do filho assassinado. As entrevistas podem reativar feridas profundas na alma dessas mulheres. A ética e o limite da curiosidade diante a dor do outro foi o marco condutor desta pesquisa.

Se a escolha das mães foi guiada pelos objetivos da pesquisa, a minha opção em falar com duas mães que perderam os filhos assassinados, esteve focada na possibilidade de conhecer de perto a história de vida dessas mulheres

e, principalmente, em materializar o discurso de indignação e de luta por justiça nesta dissertação. Elas são produtoras de conhecimento e protagonistas das próprias vidas, cujas trajetórias nos auxiliam a compreender parte da principal vertente do genocídio da população negra.

A preocupação com o lugar das mães nesta dissertação vai ao encontro dos pensamentos da indiana Veena Das. A professora chama atenção para diferença entre construir memórias a partir do compartilhamento comum da dor e partir de “coleções em museus” (1997). Isto é, a antropologia social tem uma força de cura, entretanto ela só é possível se “as experiências de sofrimento [...] não se tornem motivo de consolidação da autoridade da disciplina, mas sim uma ocasião para formar um corpo, fornecer voz e tocar as vítimas, de modo que sua a dor também pode ser experimentada em outros corpos”.

A escolha em entrevistar apenas duas mães – uma militante e outra não-militante – foi pensada visando o aprofundamento da história de vida de cada uma delas.

O campo foi feito no Rio de Janeiro, cidade onde as mães entrevistadas vivem. Aparecida (nome fictício) mora em bairro da Zona Norte do Rio, e Ana Paula Oliveira (que fez questão de manter o nome verdadeiro nesta dissertação), em Manginhos, comunidade localizada a 12km do Centro do Rio. A disponibilidade delas foi fator determinante para a decisão de fazer o campo no Rio de Janeiro. As entrevistas aconteceram na casa de cada uma delas, por sugestão das mesmas.

O mesmo roteiro de perguntas foi apresentado a Aparecida e a Ana Paula, sempre com a abertura para abordar outros temas que fossem relevantes para a pesquisa.

Antes da entrevista, cada uma assinou o termo de consentimento livre e esclarecido (a íntegra do termo está nos anexos da dissertação) com o motivo da pesquisa e a manutenção de sigilo, entre outros tópicos. Nesse momento, Ana Paula destacou a importância em não ficar no anonimato. Para ela, a luta no movimento Mães de Manginhos, da qual ela faz parte, não poderia ser encoberta. Ela assinou o termo, fazendo a ressalva.

No primeiro capítulo mostro o campo produzido na cidade do Rio de Janeiro: o contato com as entrevistadas e o que foi visto e ouvido na inserção carioca. Na sequência, o capítulo “Eu, mulher negra, resisto” revela a trajetória dessas mães, com informações sobre a família; a vida profissional; os afetos e a vida após a morte dos seus filhos. Por fim, o capítulo “Um defeito de cor” traz as impressões sobre o racismo, preconceito de classe e branquitude, e a influência desses fatores no extermínio da juventude negra.

Ao longo dos capítulos 2 e 3, proponho um diálogo entre a fala das entrevistadas e o que vem sendo produzido academicamente. Não por acaso, o marco teórico deste trabalho é formado, majoritariamente, por autoras e autores negros. A ideia é privilegiar o pensamento negro desenvolvido no Brasil e no exterior.

Sempre que possível, as autoras e os autores serão citados com nome e sobrenome, pois como cunhou Lélia Gonzalez “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles” (BAIRROS, 1998).

Por último, chamo atenção para os nomes de alguns capítulos e subcapítulos. Quando estiverem entre aspas, fazem referência a nomes de livros, de músicas ou de poesias de artistas negras e negros. Foi uma forma de homenagear a cultura negra brasileira e uma maneira de reafirmar que “nossos passos vêm de longe” – como já disse Fernanda Carneiro.

## 1 O CAMPO

Eu não sei afirmar qual foi o exato momento em que decidi escrever sobre o extermínio da juventude negra, mas sei dizer o dia que eu tinha certeza que esse era o tema da minha dissertação.

No dia 2 de abril de 2015, Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, foi morto na porta de casa, no Complexo do Alemão (Zona Norte do Rio de Janeiro). De acordo com reportagens da época, o laudo que deu base para o inquérito da morte da criança apontou que o policial acertou Eduardo “sem querer” (G1, 2015). A criança estava cerca de cinco metros do agente e levou um tiro na cabeça. Ainda de acordo com o documento, Eduardo estava na linha de tiro durante o tiroteio entre policiais e traficantes. As investigações concluíram que os policiais agiram em legítima defesa e, dessa maneira, eles não foram indiciados.

O dia nem tinha começado direito quando eu vi a reportagem sobre a morte de Eduardo no noticiário. Eu chorei. Ali, pela primeira vez, eu percebi que várias vítimas da violência policial poderiam ser meu filho.

E mesmo se não fosse. Os números de jovens negros mortos no Brasil revelam um país com um massacre em curso, cuja as principais vítimas são homens negros e mulheres negras. “Nós estamos sendo mortos”, pensei.

Daí a importância de trabalhar o tema na academia. Todos os dias os jornais falam dessas mortes, mas elas raramente viram manchetes. Os corpos negros caídos no chão não comovem a mídia branca.

Analisei a possibilidade de verificar como a rede social *Facebook* poderia ser utilizada como instrumento de denúncia da morte desses jovens. Contudo, o projeto inicial tinha muitas perguntas, hipóteses e até mesmo objetos, mas, mesmo assim, não encontrei resposta para minhas inquietações. Por isso, optei por reestruturar o projeto e trabalhar com a ideia da política de embranquecimento e de extermínio de jovens negros no Brasil. Mas, ainda assim, faltavam números para comprovar o que eu pretendia. Foi quando decidi

unir a questão da raça com o gênero e abordar o extermínio da juventude negra a partir da história de vida de mães que perderam os filhos assassinados.

### 1.1 O contato com as entrevistadas

Depois de muita conversa e de várias reuniões, no final de janeiro de 2017, eu e minha orientadora decidimos mudar o caminho da dissertação. Agora, eu iria falar sobre o extermínio da juventude negra a partir da história de vida de mães negras que perderam os filhos assassinados. No início de março, comecei a buscar mães que pudessem falar sobre um assunto tão dolorido, mas encontrá-las não foi um processo fácil.

Acionei toda minha rede de contatos: jornalistas, sociólogos, psicólogos e vários amigos se dispuseram a me ajudar. A única mãe que, no primeiro momento, aceitou dar uma entrevista, desistiu logo depois, sugerindo que a sobrinha falasse no lugar dela. Neste caso, era uma mãe branca que perdeu o filho negro. Ela disse que não conseguia tocar no assunto sem chorar. Entendi perfeitamente. Foi aí que percebi que talvez fosse preciso sair do Distrito Federal para encontrar quem pudesse falar sobre sua história de vida. Em outros estados, onde há grupos de mães mais antigos e consolidados, eu poderia encontrar mães dispostas e prontas para revisitar um episódio tão delicado.

Na segunda semana de março, tive o contato com uma mãe disposta a me dar entrevista. Ela será mantida em anonimato e aqui será chamada de Aparecida.

Aparecida mora na Zona Norte do Rio de Janeiro, a aproximadamente 10km de distância do Centro da cidade. Ela é uma mãe negra que perdeu o filho negro assassinado.

Se inicialmente eu e minha orientadora buscávamos três mães, senti que poderíamos diminuir para duas. Mais uma vez, entrei em contato com a minha rede de amigos e assim encontrei uma outra mãe que poderia conversar comigo.

Ana Paula Gomes de Oliveira é negra, militante do movimento Mães de Manguinhos e mora na comunidade que batiza o grupo. Localizada a 12km do

Centro do Rio, Manguinhos é uma das comunidades que possui Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP. Desde a implementação da primeira unidade, as UPPs têm sido alvo de críticas de moradores e de especialistas em segurança pública. O tópico será desenvolvido adiante.

Importante ressaltar que desde o início Ana Paula, militante do grupo Mães de Manguinhos, fez questão de ser identificada. Abaixo, um trecho da conversa – via internet – inicial com ela:

Maíra, eu aceito fazer a entrevista sim, mas justamente porque optei e senti a necessidade, mesmo diante de tamanha DOR, ser a VOZ do meu filho. Botar a cara mesmo, mostrar que o meu filho tem MÃE e que a história dele não terminou, e hoje sou eu quem continua a escrever. (...). Nós temos rostos, temos história para construir e compartilhar e, através disso, envolver mais pessoas na nossa LUTA pelo DIREITO à VIDA da JUVENTUDE NEGRA, POBRE, FAVELADA, PERIFÉRICA!<sup>3</sup>  
Nós só NÃO queremos que a nossa DOR sirva SOMENTE para que haja uma apropriação da Academia. Quando decidimos nos expor e falar de nossa DOR e LUTA, é porque queremos ver essa discussão sobre o extermínio da Juventude Negra sendo discutido nesses espaços onde a grande maioria não vive a nossa realidade. Quando decidimos falar é porque queremos provocar reflexões e questionamentos, como porque estão nos matando e que quando matam nossos filhos, matam uma família inteira, que NUNCA mais será a mesma. (Ana Paula)

No dia 20 de março de 2017, Ana Paula confirmou a entrevista e sugeriu que eu chegasse no Rio até o sábado seguinte, dia 25, quando iria acontecer um Sarau organizado pelas Mães de Manguinhos. Uma hora depois, eu já tinha as passagens compradas para o dia do Sarau.

## 1.2 Pontes da Zona Norte à Zona Sul<sup>4</sup>

Tarde de sábado. Saio de um dos primeiros bairros da Zona Sul de metrô e por isso não demoro para chegar na Central do Brasil. Por ser sábado, o

---

<sup>3</sup> O diálogo aconteceu por meio do bate-papo da rede social Facebook. As palavras em caixa alta foram digitadas dessa maneira por Ana Paula e mantidas pela autora para manter a ênfase das palavras no diálogo.

<sup>4</sup> Trecho da música “Arpoador”, de Roberto Barrucho e da cantora Marcela Vale, conhecida como Mahmundi.

movimento é tranquilo. No guichê, uma funcionária não muito bem-humorada me diz qual linha de trem devo pegar para chegar em Manguinhos. Não sinto firmeza nela, mas entro no trem torcendo para estar certa. Os vagões são novos, limpos e têm ar condicionado. Lembro das outras vezes que estive no Rio de Janeiro e dos vagões velhos, sujos e sem ar, e percebo que uma das violações dos direitos humanos está ali. O direito de ir e vir esbarra em preços exorbitantes de transportes públicos quase sempre em péssimas condições.

O trem sai da plataforma 12 e, apesar da estação de Manguinhos ser próxima, demora muito porque os vagões estão extremamente lentos. Não sei explicar o porquê da lentidão, mas o tempo que fico no vagão serve para perceber as diferenças entre a Zona Sul e a Zona Norte do Rio de Janeiro.

Na Zona Sul de praias de mar gelado e de apartamentos que podem custar milhões, os negros, majoritariamente, aparecem como prestadores de serviços. Babás vestidas de branco; porteiros devidamente uniformizados; vendedores; ambulantes.

De acordo com o levantamento feito pelo estudante de geografia da Universidade de São Paulo (USP), Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, a capital fluminense é composta por 52% de brancos, 37% de pardos e 11% de pretos. Na Zona Sul (Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa), uma das regiões mais ricas da cidade, esses números mudam consideravelmente: 83% de brancos, 13% de pardos e 4% de pretos (BBC BRASIL, 2015).

Diferentemente de outras cidades como Brasília, em que ricos e pobres vivem distantes geograficamente, no Rio, populações de classes sociais distintas podem morar lado a lado.

Então, vizinho dos ricos bairros Copacabana e Ipanema, o morro do Cantagalo apresenta uma configuração distinta dos bairros limítrofes. São 32% de brancos, 49% de pardos e 19% de pretos. Além da predominância da população negra (soma de pretos e pardos), os moradores do Cantagalo se distinguem por terem renda per capita e taxas de saúde, educação, emprego e

saneamento básico inferiores quando comparados os moradores de Copacabana e Ipanema.

O que quero dizer com esses dados? Assim como em todo restante do país, a população negra é a população mais pobre no Rio de Janeiro.

À medida que se distancia da Zona Sul, o Rio vai se tornando mais negro e, quase sempre, mais pobre. A primeira mudança é logo percebida nos transportes públicos. Raramente se vê comércio informal nos vagões do metrô que passam pelos bairros citados acima. Já nos vagões dos trens, cujas linhas circulam na periferia da cidade, são vendidos brinquedos, biscoitos, água, cerveja. Todos ambulantes, quase sempre negros, tentando garantir um dinheiro no final do dia.

### 1.3 “É que eu sou da pele preta”<sup>5</sup>

Ao chegar na estação Manguinhos, espero na área interna, assim como combinei com Ana Paula. Nossa comunicação começou via Facebook e depois foi para o Whatsapp. Telefonei para ela avisando que já estou no local combinado. Ela me encontra na estação e pergunta se eu não tenho medo de estar em Manguinhos por toda especulação negativa que a mídia faz da favela. Respondo que não. O fato dela ter ido me buscar na estação fez toda diferença, mas há dois elementos que me diferenciam dos outros pesquisadores: sou uma mulher negra.

Eu tenho consciência dos meus privilégios. Moro numa região de classe média/média-alta de Brasília, estudei em escolas particulares e tive a chance de rodar o mundo. Meu cabelo, minhas roupas e meu modo de falar “denunciam” minhas origens. Contudo, ainda assim, acredito que meu corpo negro não é um corpo tão estranho pelos bairros periféricos que andei no Rio. Além disso, ser uma mulher negra foi um ponto fundamental para estabelecer um elo entre eu e minhas entrevistadas.

---

<sup>5</sup> Trecho da música “Cabelo Pixaim”, de Jorge Aragão.



assistem ao jogo. O comércio está a todo vapor e há a circulação de motos, de muitas motos. Uma realidade bem diferente de Brasília, cidade marcada pela lei do silêncio – que limita o horário de várias atividades diante de uma preocupação excessiva com o som produzido na cidade – e por práticas estranhas como não cumprimentar o vizinho.

Em um momento conheço Fabiana (nome fictício), outra mãe militante. O filho dela foi morto em 2013. A história dela e de Ana Paula se encontram por vários meios. Mas essa trajetória será detalhada mais à frente, com a entrevista de Ana. Contudo, tem uma coisa que vale a pena ser citada agora: na breve conversa com Fabiana, ela me falou sobre a importância de conhecer outras mães e de se unir para fortalecer. Fabiana tem certeza que a denúncia dela pode ser um meio para que se evite mais mortes de jovens negros da periferia.

### 1.5 Os homenageados

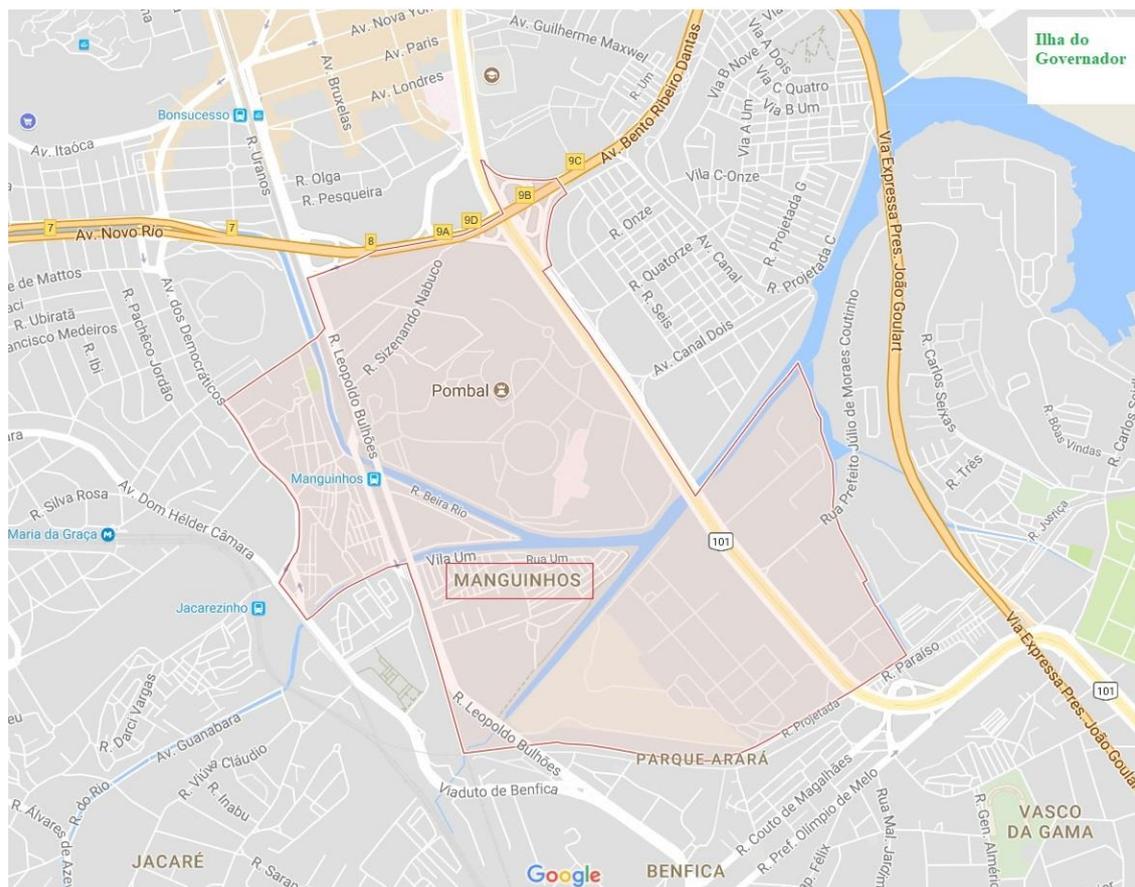
Eventualmente, os grupos Mães de Manguinhos e Fórum Social de Manguinhos (FSM) fazem eventos como o Sarau que eu participei. Esses encontros são abertos ao público e anunciados em redes sociais como o Facebook. Além de música, poesia e exposições, o sarau conta com um momento em que as mães que perderam os filhos assassinados se manifestam, falando da luta por justiça. Na ocasião em que estive presente, tinham pessoas de bairros e comunidades das Zonas Sul, Norte e Oeste do Rio de Janeiro.

O “Sarau Mães de Manguinhos: em memória de Caio Daniel e Matheus” vai começar. O espaço, localizado em uma praça relativamente próxima à estação de trem, não foi escolhido aleatoriamente. Foi ali onde os dois jovens foram assassinados.

Sabrina, uma jovem MC (sigla para mestre de cerimônias, a pessoa conhecida por fazer rimas no improviso) da Cidade de Deus pergunta se sou de Manguinhos. Digo que sou de Brasília e conversamos sobre jornalismo, comunicação e política de drogas. Quando contei que era jornalista, mas também mestranda em Direitos Humanos e Cidadania, ela se interessou pelo meu tema.

Infelizmente, ela percorreu pouco sobre o assunto (guerra às drogas), mas eu guardei o pouco que disse: “Tudo é droga. Sal, açúcar, álcool. O último é uma droga legalizada e é uma das que mais matam. Porém, o que acontece hoje não é uma guerra às drogas”. Penso com os meus botões: “é uma justificativa para matar preto e pobre”.

Figura 2 – Mapa de Manguinhos



Fonte: Google

Um dos homenageados, Caio Daniel da Silva Lima morreu em março de 2016, aos 14 anos. A polícia alega que houve tiroteio, mas a mãe do jovem questiona a versão. Em entrevista, ela afirmou que o tiro que matou o filho veio da polícia e só depois de Caio ser atingido teve início o tiroteio (G1, 2016).

Matheus Oliveira Casé morreu em março de 2013. Notícias da época trazem depoimentos de moradores que viram quando um policial da UPP de Manguinhos acertou o jovem com uma pistola *teaser* (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

DAS FAVELAS, 2013). Após o disparo, o jovem teria tido uma parada cardíaca e caiu, batendo com a cabeça no chão. Algumas testemunhas afirmam que Matheus já chegou morto no hospital.

Figura 3 – “Sarau Mães de Manguinhos: em memória de Caio Daniel e Matheus”



Fonte: Página Mães de Manguinhos no Facebook

## 1.6 O Sarau

Há uma partida de futebol animada na quadra ao lado da praça que estamos; o comércio da comunidade está intenso e há muita gente nas ruas, inclusive crianças. Uma garotada de 3, 4 anos brincando. Ver crianças tão livres seria inimaginável no Plano Piloto, bairro da área central de Brasília, cuja população faz parte da classe média/média alta, e conhecida pela constante vigilância da população, inclusive de crianças. Como já está à noite, muita gente está pronta para balada.

O Sarau está acontecendo: exposição com imagens de Manguinhos pelas lentes do fotógrafo Magoo; rap com Helen Nzinga, MC Sabrina e Magoo; poesia; roda de conversa e arrecadação de alimentos para Familiares de Rafael Braga<sup>6</sup>, entre outras atividades. Há cachorro quente e refrigerante para a garotada. Mães e familiares das vítimas vestem camisetas com os rostos dos jovens mortos.

Não fazer fotos do Sarau foi uma decisão minha. Não me senti à vontade e sei que talvez não deixasse as pessoas envolvidas e o público à vontade também. A ideia de ir ao Sarau era para conhecer Ana Paula e Manguinhos, além de participar de um evento tão importante para o grupo Mães de Manguinhos. É fácil, durante a pesquisa, errar a mão e tratar tudo ao redor como objeto da dissertação. A pesquisa é formada por sujeitos – que não podem ser objetificados de forma alguma. Posteriormente, consegui imagens do evento no Facebook do grupo e julguei como importante o registro delas ao longo do meu trabalho

Em um determinado momento do Sarau houve um clima de tensão. Na hora, não entendi o que estava acontecendo, mas na segunda-feira quando reencontrei Ana Paula, ela me explicou o ocorrido. Naquele momento, havia chegado a notícia que um jovem tinha sido baleado no Morro da Providência (Zona Central/Portuária do Rio). Ele não resistiu aos ferimentos e morreu. Moradores disseram que foi durante uma operação policial (PONTE CARTA CAPITAL, 2017). Até uma figura pública da internet pediu ajuda para fazer o enterro do jovem.

---

<sup>6</sup> As manifestações de junho de 2013 tiveram apenas uma pessoa presa: Rafael Braga. Na página do Facebook “30 dias por Rafael Braga”, consta a seguinte descrição: “Jovem, negro, pobre, catador de latinhas. Mesmo sem ter participado dos protestos, foi preso por portar pinho sol e água sanitária perto de uma aglomeração. A acusação? Porte de artefato explosivo. De lá para cá, muita coisa mudou no Brasil e Rafael segue preso. Liberdade tem cor e ela não é a mesma de Rafael”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/30DiasPorRafaelBraga/>>. Acesso em 10 jul. 2017. Depois da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio negar o pedido de habeas corpus e manter a prisão de Rafael Braga em setembro de 2017, o jovem conseguiu prisão domiciliar. Contudo, o motivo chama atenção: o tratamento de uma tuberculose adquirida no sistema carcerário brasileiro.

Figura 4 – Rappers Helen Nzinga e Magoo



Fonte: Página Mães de Manguinhos no Facebook

### 1.7 Bianca e o retorno à Zona Sul

São 20h e o trem já não circula mais em Manguinhos. O Sarau ainda vai continuar até mais tarde. Estou preocupada com o horário, pois terei que sair de Manguinhos para voltar à Zona Sul e não sei quanto tempo vou levar até onde estou hospedada e quão vazio estará o transporte público.

Peço para que Ana Paula me leve até o ponto de ônibus. No caminho até a parada, Ana Paula me mostra algumas árvores. Elas foram plantadas durante uma ação realizada com as Mães de Manguinhos, com a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e com as Mães de Maio, movimento conhecido em São Paulo. Cada árvore leva o nome de uma vítima da violência policial. Uma das plantinhas se chama Bianca, neta de uma das Mães de Maio. Não por

acaso, essa foi uma das histórias do livro das “Mães de Maio: Dez anos dos crimes de maio” (2016) que mais me marcou.

A história do assassinato de Bianca aconteceu assim: marido e mulher saíram de casa para ir ao comércio. No meio do caminho havia policiais atirando em todos que estavam próximos, até mesmo naqueles que avisavam a condição de “trabalhador”. A polícia não poupou nem a mulher grávida que, no dia seguinte, daria à luz – por meio de uma cesárea – à Bianca, quem batiza uma das árvores de Manguinhos<sup>7</sup>.

Voltando à parada de ônibus: o ônibus não passa e eu pego um táxi até a estação de metrô mais próxima e dentro de meia hora, aproximadamente, chego em casa. Estou cansada: mais de quatro horas em pé e milhares de informações borbulhando na minha cabeça e no meu coração. Porém, é um cansaço prazeroso. Estou satisfeita pela ida ao Rio ter dado certo; feliz pela confiança de Ana Paula e contente por ter feito parte de algo tão importante para a comunidade como o Sarau. Faço as primeiras anotações do campo. Outra entrevista me espera no dia seguinte.

## 1.8 A segunda entrevista

A mãe que aqui vamos chamar de Aparecida me recebeu na casa dela, em um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro. Fica bem perto da Central do Brasil e a linha do trem passa ao lado da casa dela, literalmente.

Por ser domingo e o trânsito estar mais tranquilo do que nos outros dias, decidi não ir de metrô e trem. Além disso, se no sábado eu levei um certo tempo para chegar em Manguinhos por causa do grande espaço entre as saídas dos trens, no domingo, a situação do transporte público poderia piorar. Optei pela praticidade e fui de Uber.

As ruas estão com pouco movimento, ao contrário do que acontece nos dias de semana. A rua em frente ao prédio de Aparecida é uma ligação importante entre alguns bairros da Zona Norte do Rio, por isso, costuma

---

<sup>7</sup> A história de Bianca está no livro organizado por André Camarante.

engarrafar. Na hora do *rush* são muitos carros, ônibus e trens lotados (O DIA, 2015). Por causa do anonimato, não é possível dizer qual bairro Aparecida mora, mas uma coisa certa: é um bairro de classe média/média baixa, com várias comunidades ao redor e cuja maioria dos moradores é negra.

Ela me recebe no apartamento de dois quartos. O dia não está quente e entra um vento da janela da sala. Janela que, inclusive, acaba vazando o som dos trens que passam atrás do prédio onde ela mora. De início, incomoda porque tenho receio que o som atrapalhe a gravação da entrevista, mas eu logo me acostumo com o som dos trens sobre os trilhos de tempos em tempos.

Eu explico os procedimentos da entrevista e ela se emociona ao responder as perguntas.

Seguimos o roteiro pré-estabelecido e conversamos sobre mercado de trabalho, família e do filho. Inevitavelmente, nossa conversa chega em temas contemporâneos como a crise financeira no Estado do Rio de Janeiro. Ela, funcionária do Estado, está sem receber o salário corretamente há meses. No dia seguinte, Ana Paula me lembraria que milhões foram desviados das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos (EBC, 2017).

No fim da entrevista, Aparecida relata casos de racismo sofridos ao longo da vida, um deles vivido ainda na infância, na escola, em Brasília.

### 1.9 De volta à Manguinhos

No dia seguinte, segunda-feira, 27 de março de 2017, encontro com Ana Paula. A casa dela fica numa região diferente daquela que conheci no sábado. A parte de Manguinhos que eu vi no primeiro dia fica mais próxima da estação de trem, é marcada por muito entulho na rua (fica a sensação que parte desse entulho são heranças das obras do PAC) e casas simples. A Manguinhos cujo acesso é feito pela estação de metrô Maria da Graça tem muito asfalto, muito comércio e várias casas – uma coladinha na outra.

Na breve passagem pela avenida principal, vejo comércio de todo tipo, algumas casas, prédios públicos, fiações expostas e moradores. Quase todos negros.

Na verdade, o encontro com Ana Paula quase não aconteceu. No dia anterior, Paulo Henrique, um jovem negro morador de Manguinhos foi baleado e morreu quando comemorava 15 anos<sup>8</sup>. Os moradores acusaram a polícia.

A mãe do jovem estava abalada e precisava de um suporte no enterro. Ana Paula tentou ir, mas como não tinha companhia, acabou desistindo. Desde a morte do filho, ela evita cemitérios.

Ela me mostra uma foto de Johnatha vestido de coelhinho da Páscoa e se emociona. A entrevista começa e Ana Paula me dá detalhes sobre sua vida. Infância, família, trajetória profissional, militância. Fico feliz em ver que ela se sente tão à vontade para me contar sobre sua vida. No final, ela me mostra fotos do filho e recortes de jornal com as notícias sobre a audiência. Foi em uma dessas matérias que ela descobriu que o policial acusado de atirar em Johnatha, já respondia a outros processos de homicídio e tentativa de homicídio.

São quase 18h e o dia ainda está claro. Tento pedir um Uber a partir da avenida principal de Manguinhos, não consigo. Ando até a estação Maria da Graça e desisto de pegar o metrô. Os vagões estão superlotados. Tento pedir um Uber daquela região. Dá certo. Em pouco tempo chego na casa em que estou hospedada. É um sentimento de missão cumprida com um desejo de fazer algo a mais para mudar esse cenário genocida.

As duas mães me falaram sobre a importância de uma pesquisa como a minha ser feita por uma pessoa negra. Sinto responsabilidade, mas também sinto força. É a minha forma de contribuir com a luta contra o extermínio da juventude negra.

---

<sup>8</sup> Facebook Mães de Manguinhos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/photos/a.1242710039112984.1073741828.1242682369115751/1424234257627227/?type=3&theater>>. Acesso em 10 jul. 2017.

## 2 “EU, MULHER NEGRA, RESISTO”<sup>9</sup>

*“Luta diária, fio da navalha  
Marcas? Várias  
Senzalas, cesáreas, cicatrizes  
Estrias, varizes, crises  
Tipo Lulu, nem sempre é ‘so easy’  
Pra nós punk é quem amamenta, enquanto enfrenta a guerra  
Os tanque, as roupas suja, a vida sem amaciante  
Bomba a todo instante”  
(Emicida – “Mãe”)*

Aparecida tem 57 anos. Ela nasceu em Brasília (DF), mas mora no estado do Rio de Janeiro há quase quatro décadas. A mudança de cidade aconteceu por causa do então marido, carioca e funcionário de um banco. Um dia, surgiu a chance de ele voltar a trabalhar na cidade natal e Aparecida, na época casada e mãe de uma criança, chegou ao Rio.

Primeiro, eles moraram de favor no bairro de Laranjeiras (Zona Sul do Rio), próximo à sede do Fluminense, famoso time do futebol carioca. Depois, eles se mudaram para uma casa alugada em Niterói, município do Rio de Janeiro e distante 20km da capital do estado. Na sequência e já com mais um filho, a família comprou uma casa em São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Após a separação do marido, há cerca de 10 anos, Aparecida decidiu ficar mais próxima do trabalho e da faculdade e foi morar no apartamento próprio onde vive atualmente – localizado há 10km do centro do Rio.

Mas a história de Aparecida começa mesmo é em Minas Gerais. Pai, mãe e a maioria dos irmãos nasceram em uma cidade do triângulo mineiro<sup>10</sup> e, no final dos anos 1950, a família – na época com sete filhos – foi para o Planalto Central, onde estava sendo construída a nova capital do país.

O nascimento de Aparecida se deu em Brasília. A família morou em uma casa na Candangolândia e em apartamentos na Asa Sul e na Asa Norte. Apesar dos dois últimos bairros serem conhecidos por abrigarem a população de classe

---

<sup>9</sup> Nome do livro de Alzira Rufino.

<sup>10</sup> A “imprecisão” de informações sobre a vida de Aparecida se dá pelo anonimato da entrevistada.

média/média-alta, a família de Aparecida poderia ser enquadrada na população classe média/média-baixa. Os apartamentos onde eles moraram não eram grandes e tornavam-se ainda menores pela quantidade de pessoas que viviam neles.

Meu pai sempre foi marceneiro. Inclusive, continuou com o ofício mesmo depois de atuar como funcionário público. Minha mãe sempre foi do lar e todos meus irmãos trabalhavam e estudavam. Então, esse era o caminho natural para todos. Todo mundo ajudava nas despesas do lar. (Aparecida)

À medida em que os irmãos casavam, saíam de casa para constituírem as próprias famílias. Aos 19 anos, Aparecida se casou e aos 20 anos, teve o primeiro filho, Luciano (nome fictício). O jovem morreu em 2010, aos 30 anos, vítima de um tiro nas costas. Até hoje ela não sabe se o autor do disparo foi a polícia, a milícia ou algum traficante.

A segunda mãe a ser entrevistada foi Ana Paula Gomes de Oliveira. Conheci Ana Paula por meio da página do Facebook Mães de Manguinhos. Depois de entrar em contato com uma extensa rede de contatos, um conhecido sugeriu que eu tentasse a comunicação com o grupo mencionado por meio da rede social.

A conversa com Ana Paula começou com as lembranças familiares. Ela tem 40 anos e nasceu em Manguinhos, onde mora até hoje. As avós de Ana Paula chegaram na comunidade, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, após remoções de outras favelas, entre as décadas de 1950 e 1960.

Uma das primeiras memórias que vêm à tona são aquelas que envolvem a avó paterna.

A minha avó paterna veio da cidade de Carapebus [localizada no município de Macaé], no interior do Rio de Janeiro. Minha avó nasceu lá na roça. Ela era analfabeta e a mais velha de sete filhos. Por ser mais velha, ela não teve oportunidade de estudar pois tinha que ajudar os pais na roça. Eu cresci ouvindo minha avó falar que tinha muita vontade de aprender a ler. Lembro que quando a gente começou a ser alfabetizado e, depois quando a gente já sabia ler e escrever, ela sempre pedia para a gente pontilhar o nome dela para que ela pudesse passar por cima. (Ana Paula)

A mãe e o pai de Ana Paula se conheceram na Escola Municipal Ema Negrão de Lima, em Manguinhos, e começaram a namorar. A escola existe até hoje. Ana, que é a mais velha de quatro filhos, conta que a mãe dela ficou grávida aos 18 anos; o pai tinha 16 anos de idade.

Com a gravidez, a avó paterna de Ana deu “um pedacinho” do barraco onde morava na Rua 4 (hoje, Rua São Domingos) para a nova família se estabilizar. Ana Paula lembra que eram apenas dois cômodos de madeira. E foi lá onde ela e os três irmãos (duas mulheres e um homem) cresceram.

A situação econômica da família melhorou bastante quando o pai de Ana Paula passou a trabalhar na Fundação Oswaldo Cruz. A fundação fica ao lado da estação de trem de Manguinhos e muitos moradores da comunidade trabalham na instituição de ciência e tecnologia em saúde, vinculada ao Ministério da Saúde.

Quando meu pai conseguiu um emprego na fundação, meus pais conseguiram construir uma casa. Lembro direitinho da nossa primeira cama, do primeiro beliche. Eu já tinha outros irmãos. E foi nessa mesma rua onde eu cresci que eu engravidei. Quando o Johnatha nasceu, eu já tinha completado 18 anos. Ele nasceu em dezembro de 1994. Eu estava no último ano do ensino médio e estudava no colégio professor Clóvis Monteiro, onde meu filho também estudou. Fui até o fim nos estudos. (Ana Paula)

Quando Ana Paula engravidou, viu a mãe ter a mesma atitude que a avó: Ana e o companheiro puderam construir um quarto, um banheiro e uma cozinha da laje da casa. Naquela época, os pais dela tinham se separado. A avó da criança, que estava triste com a separação, viu no primeiro neto um motivo de felicidade.

E foi justamente o nascimento de Johnatha que aproximou mãe e avó do avô, que havia saído de casa e constituído outra família.

Com a chegada do Johnatha as coisas foram melhorando. Ele sempre foi muito iluminado, trazendo amor e alegria para gente. Johnatha foi o primeiro neto dos meus pais, o primeiro sobrinho dos meus irmãos. Ele era muito amado, muito paparicado. Uma das minhas irmãs só chamava ele de príncipe. Nunca faltou amor para o meu filho, que era muito querido e recebia muitos

elogios. Johnatha sempre foi um menino muito educado e extrovertido. As pessoas falavam isso para mim quando ele era vivo e depois que ele morreu também. (Ana Paula)

Vizinhos, amigos e familiares ficaram muito abalados com a partida precoce de Johnatha, morto aos 19 anos, em maio de 2014. A morte do jovem foi mais um impacto na família de Ana Paula que sofria por ter sido obrigada a se mudar da casa onde vivia. A remoção aconteceu por causa das obras do PAC. De acordo com o site do programa, o PAC tinha como meta executar “grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”.

## 2.1 “Quarto de Despejo”<sup>11</sup>

A trajetória da família de Ana Paula é marcada por uma série de remoções. Entre as décadas de 1950 e 1960, a avó paterna de Ana chegou em Manguinhos após uma remoção na favela do Caju (Zona Portuária do Rio). No mesmo período, a avó materna foi morar na comunidade após a remoção da favela da Praia do Pinto, próxima à Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul (CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO, 2017).

Algumas pessoas contam que favela da Praia do Pinto sofreu um incêndio criminoso justamente por estar situada numa área nobre da cidade. O incêndio foi à noite e se alastrou muito rápido. As pessoas saíram só com a roupa do corpo. Lembro da minha mãe contando para a gente que, ainda criança, teve que dormir na rua por causa desse episódio. Ela dizia que ficava com muito medo de tirarem ela da mãe e, por isso, minha mãe vivia agarrada na minha avó. Eles dormiram um período na igreja que acolheu os moradores até chegarem aqui em Manguinhos. Na época, o governo transferiu algumas pessoas para cá. Outras pessoas foram para outras favelas como Cidade Alta e Cidade de Deus. Manguinhos é uma favela com muitas pessoas de outras remoções. (Ana Paula)

Anos depois, Ana Paula se viu na mesma situação que as avós. Em 2013, ela foi obrigada a sair da casa onde vivia.

A gente sofreu muito porque fizeram uma pressão psicológica nos moradores. Eu vi muitos adoecerem. Os funcionários

---

<sup>11</sup> Nome do livro de Carolina Maria de Jesus.

quebravam a casa, mas ainda deixavam o esqueleto. Chegou uma época que tínhamos medo de atender o telefone, com receio que fossem eles fazendo pressão para que fôssemos no canteiro de obras. Eles falavam: “você têm que vir aqui porque a gente já botou um valor”. Nós sabíamos, por outros vizinhos, que eles davam um valor baixo para as casas. E as casas em outros pontos de Manguinhos começaram a aumentar de preço porque a procura estava grande. A gente ouvia do pessoal do PAC: “Se a gente pudesse, pegava sua casa e botava em outro lugar. É o terreno que nos interessa. E não vem para cá ficar contando história triste não. A gente entende, mas não pode fazer nada”. (Ana Paula)

Ana Paula não queria ir para outra favela, afinal, era em Manguinhos onde ela conhecia os vizinhos e tinha vários amigos. Para a família dela o processo de remoção também estava sendo muito difícil porque ainda existia a questão de deixar os familiares juntos.

Ela conta que na época da remoção a mãe adquiriu diabetes emocional e a avó paterna, na época com 84 anos, dizia que “só saia da casa morta”. Ela estava acamada e com doença de Alzheimer. A tia-avó, deficiente visual e auditiva, morava com a avó e também foi morar com Ana. A casa era maior do que a anterior, mas ela sentia falta dos antigos vizinhos e dos amigos de infância.

A tristeza e a angústia da mudança de casa tentava ser amenizada com os planos que a família fazia: as cores dos quartos; a construção da escada que dava acesso para laje, local das futuras festas, entre outros detalhes.

Foi um período muito difícil. Mas a gente tentava sonhar. Em dezembro daquele ano, Johnatha faria 20 anos e ele queria fazer um churrasco. Infelizmente, não teve tempo para isso. A gente achava que a remoção era o nosso pior pesadelo, mas não tínhamos ideia do que estava por vir: o assassinato do Johnatha. (Ana Paula)

Além do desgaste físico e emocional, o processo de remoção em Manguinhos também se mostrou prova do caos político-econômico no Rio de Janeiro. Na época da entrevista, nos últimos dias de março de 2017, todos os noticiários falavam sobre os esquemas de corrupção que envolviam o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral (ESTADÃO, 2017). Sobre o assunto, Ana Paula comenta: “Hoje, está aí, o governador da época, Sérgio Cabral, preso por

causa de dinheiro extraviado não só da obra em Manguinhos, mas como de outras realizadas durante o governo dele aqui na cidade do Rio de Janeiro”.

A forma como a família de Ana Paula vem sendo tratada historicamente comprova um dos pontos da lista de cidadanias mutiladas no Brasil, retratada na obra de Milton Santos (1996/1997). De acordo com o geógrafo baiano, a cidadania mutilada também está “na localização dos homens, na sua moradia”, e a prática de privilégios da classe média é uma das barreiras que impedem outros brasileiros a terem direitos.

É neste sentido que me pergunto se a classe média é formada de cidadãos. Eu digo que não. Em todo caso, no Brasil não o é, porque não é preocupada com os direitos, mas com privilégios. [...] E é por isso que no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos. (SANTOS, 1996/1997, p.133-134)

“Uma indiscutível segregação habitacional” foi assim que Abdias Nascimento classificou o Rio de Janeiro da década de 1970. Na época, os negros representavam menos da metade da população total da cidade, mas nas favelas, eram “mais do dobro da cifra apresentada pelos brancos” (NASCIMENTO, 2016). Mais de 40 anos depois, a população branca e negra do Rio tem quase a mesma proporção (52% e 48%, respectivamente), porém, a segregação continua.

Como já citado, 83% dos moradores dos principais bairros da Zona Sul são brancos. Nas favelas vizinhas, o percentual cai para 32%. A maior parte da população do subúrbio carioca também é negra. Assim como em inúmeras cidades brasileiras, a população pobre do Rio é negra e essas periferias têm algumas características em comum, como a falta de infraestrutura. Eventualmente, os moradores dessas localidades vivem outras violações de direitos humanos, como as remoções.

Na história do Rio de Janeiro, o governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906) inaugurou a política intensiva de remoções na cidade. Décadas mais tarde,

o então governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima (1965-1970), chegou a remover 70.595 pessoas (PREFEITURA DO RIO, 2017).

Da Favela do Pinto, de onde veio a avó materna de Ana Paula, há reportagens que revelam a suspeita dos moradores sobre o incêndio ter sido proposital (BRUM, 2017).

Entretanto, o que mais chama atenção no artigo “Memórias da remoção: O incêndio da Praia do Pinto e a 'culpa' do governo”, de Mario Sergio Brum, são os depoimentos coletados pelo pesquisador. Brum ouviu do músico e comerciante Manoel Gomes o seguinte desabafo: “Nós chegamos aqui em caminhão de lixo... A prefeitura cedeu os caminhões e as pessoas chegavam...”.

Se na análise do discurso o não-dito é tão importante quanto aqui é dito, transportar moradores de favela em caminhões de lixo aponta o grau de importância dessas pessoas para o governo do Estado. Ou como escreveu Carolina Maria de Jesus, autora de “Quarto de Despejo”<sup>12</sup>, livro publicado em 1960 que batiza essa seção da dissertação:

Abri a janela e vi as mulheres que passam rapida [sic] com seus agasalhos descolorados e gastos pelo tempo. Daqui a uns tempos estes palitol que elas ganharam de outras e que de há muito devia estar num museu, vão ser substituidos por outros. É os políticos que há de nos dar. Devo incluir-me, porque eu tambem sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. (JESUS, 1960, p.33)

## 2.2 Afetividade

Durante as entrevistas, a questão da afetividade não teve uma pergunta específica. Ao longo das conversas, as mães falaram das suas relações com os amigos e com os familiares. Após a morte do filho, Aparecida teve apoio de alguns amigos, mas principalmente da família, cuja maior parte mora em Brasília. Ana Paula também teve o suporte familiar, mas, principalmente de outras mães que também perderam os filhos precocemente e de forma violenta.

---

<sup>12</sup> JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma Favelada. 1ª Ed, São Paulo: Francisco Alves, 1960.

Em um momento da entrevista, pergunto a Aparecida sobre o ex-marido. Ela me diz que eles não têm mais contato e que se surpreendeu com a atitude dele na época da morte de Luciano.

Eu acredito que ele tenha sofrido com a morte, embora não tenha demonstrado muito na época. Eu estava desesperada, querendo tirar o corpo do meu filho daquele lugar, sepultá-lo em um lugar diferente, e o que eu ouvi do meu ex-marido foi: “Está morto e enterrado. Acabou”. Foi duro, mas ele achava assim. Não sei como ele está se sentindo por dentro e, de lá para cá, eu não tive mais notícia dele. (Aparecida)

O marido de Ana Paula foi o primeiro namorado dela. Ela tinha 16 anos. Aos 17, ela engravidou. Apesar do medo, contou para a mãe e recebeu todo apoio. Os irmãos também ficaram felizes com a notícia da chegada do primeiro sobrinho. “O Johnatha transformou a minha vida. Ele me ensinou o verdadeiro sentido do que é amar incondicionalmente”, salienta Ana Paula.

Ela destaca que a partida do filho também tem deixado muitos ensinamentos. Após a morte de Johnatha, Ana descobriu-se capaz de fazer coisas que nunca tinha imaginado, entre elas, superar a timidez e conversar com as pessoas que não fossem do seu círculo de amigos ou familiares. Dona de poucas amizades, ela se viu capaz de falar e de tocar suas pessoas com sua história.

Tem uma coisa que nunca vão me tirar: eu sempre vou ser mãe do Johnatha. Não é porque ele não está aqui fisicamente que eu não sou mais mãe dele. É muito bom falar que eu sou mãe dele. A todo lugar que vou, levo uma foto do meu filho. Eu nem preciso aparecer, mas quero que lembrem do rostinho dele. Claro que quero que o policial que tirou a vida do meu filho pague perante a justiça, mas hoje, muito mais importante do que isso, é manter viva a memória do meu filho. Eu quero levar a imagem e a história dele para outras mães. **Quando eu abro esse espaço para falar, como estou aqui com você, é porque eu sei que você vai ser uma multiplicadora de tudo o que eu estou falando. Você vai poder falar para outras pessoas, levar essa experiência de estar conversando comigo. É nisso que eu penso. De poder tocar outras mães, com essa trajetória do luto à luta.** É mexer no íntimo dessas mães e fazer com que -de alguma forma elas se identifiquem e queiram falar de seus

filhos. Que elas também possam encontrar forças para falar.  
(Ana Paula; grifo meu)

Figura 5 – A camiseta que Ana Paula costuma usar nas manifestações leva a fotografia de Johnatha



Fonte: Maíra de Deus Brito/Reprodução

Percebe-se nas falas de Aparecida e de Ana Paula o protagonismo feminino e negro na história de vida delas, principalmente no momento de luto. Aparecida teve apoio, sobretudo, das seis irmãs. Ana Paula se fortaleceu no momento em que teve contato com outras mães em processos semelhantes ao dela.

Os homens que fazem parte da vida delas quase não apareceram nas entrevistas e quando surgiram, foi como no desabafo de Aparecida.

Historicamente, as mulheres negras têm entre si o signo da solidariedade. Jurema Werneck (2010) fez uma retrospectiva da luta dessas mulheres e recorda que a resistência vem desde os tempos da escravidão, passa pelos quilombos e chega ao século 20 com a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas<sup>13</sup>, que inaugurou a organização de mulheres trabalhadoras do estado de São Paulo.

Sabemos que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que nós mulheres negras desenvolvemos nossas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que projetamos novos horizontes de luta. Estratégias que devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação. (WERNECK, 2010, p. 15)

Nas últimas décadas, uma das frentes de luta e resistência das mulheres negras tem sido a denúncia do extermínio da juventude negra. Deste modo, não surpreende que a cada episódio de morte de jovens essas mulheres se unam para colocar em prática o lema “do luto à luta”.

Esse extermínio mata 85 jovens por dia, ceifa a convivência das mães com seus filhos e altera a lógica de vida e morte, fazendo com que pais vejam seus filhos morrerem – e não o contrário.

Em entrevista a Arthur Stabile, no livro “Mães em luta: Dez anos dos crimes de maio” (2016), Débora Maria da Silva conta como nasceu o Movimento Independente Mães de Maio, uma das organizações mais importantes na luta contra o genocídio anti-negro no Brasil.

Em 2006, Débora Maria da Silva perdeu o filho Edson Rogério Silva dos Santos. Edson foi uma das mais de 500 pessoas assassinadas em maio de 2006 no Estado de São Paulo. As mortes foram uma resposta dos agentes das forças de segurança aos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC).

---

<sup>13</sup> Historicamente, o trabalho doméstico no Brasil é feito por mulheres negras. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_trabalho\\_domestico\\_remunerado.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html)>. Acesso em 15 ago. 2017.

Arrasada com a morte do filho, Débora recebia soro na veia há cinco dias quando uma aparição mudou sua vida:

No quinto dia, fraca, Rogério apareceu pra mim. Foi a primeira e última vez. Ele me arrancou da cama, não sei como foi. Só lembro dos braços quando ele me arrastou. [...]. Quando meu filho me puxou da cama, ele disse: “Mãe, luta pelos que estão vivos. Eu não volto mais. Aqui não é o seu lugar, não é para a senhora ficar aí”. Foi quando comecei a ir atrás das outras mães. (CAMARANTE, 2016, p. 39)

Nascido a partir de uma cama de hospital, o Movimento Independente Mães de Maio saiu de São Paulo para inspirar grupos semelhantes em outros estados do país.

### 2.3 Trajetória profissional

Aparecida ainda morava em Brasília quando conseguiu o primeiro emprego, aos 15 anos. Ela diz que começou a trabalhar porque precisava ter o próprio dinheiro e o ofício também era uma forma dela se sentir melhor. “Embora meu marido fosse funcionário de um banco e bem remunerado, ele era uma pessoa muito complicada com as obrigações, comigo e com meu filho”, relata Aparecida.

Há sete anos, ela concluiu o curso de bacharelado em enfermagem e, na sequência, fez pós-graduação na área. O início da trajetória profissional na área de saúde aconteceu há 25 anos, quando ela ainda era técnica em enfermagem. Com o tempo, ela teve condições financeiras de arcar com os estudos e pôde fazer a faculdade de enfermagem.

Atualmente, Aparecida trabalha em um hospital do estado do Rio de Janeiro. Em virtude da crise financeira no estado, ela não recebe o salário há meses. Quando recebe, é apenas parte dele.

Neste momento, por causa da falta de salário, tenho uma carga de horário menor. São menos de 30 horas por semana. Antes da crise, eu trabalhava 36 horas por semana, aproximadamente. A carga diferenciada foi a maneira que encontramos para não

deixar de atender os pacientes. Uma forma do funcionalismo todo não parar. (Aparecida)

O primeiro emprego de Ana Paula apareceu quando o filho mais velho, Johnatha, tinha 10 meses de idade. O emprego era em uma creche comunitária que tinha um convênio com a prefeitura – responsável pelo pagamento dos funcionários e pela merenda, entre outras demandas. Ana trabalhou lá por oito anos.

Em um determinado momento, a prefeitura do Rio estabeleceu que os profissionais só poderiam continuar na creche se tivessem graduação em letras ou pedagogia, ou se os funcionários tivessem o curso da Escola Normal. A equipe responsável pela creche abriu a oportunidade para que os funcionários fizessem uma prova e os aprovados ganhavam uma bolsa de estudos em uma faculdade particular. Foi quando surgiu a chance de Ana Paula cursar pedagogia.

Eu entrei na faculdade em 2002 e me formei em 2005. Os oito anos que passei na creche foi um período maravilhoso. Quando surgiu a oportunidade de fazer a faculdade, eu falei: “cara, é isso que eu quero”. Eu queria usar tudo o que eu aprendi com as crianças. Mas, em 2003, a creche fechou. (Ana Paula)

Ana Paula ficou um período sem trabalhar antes de aparecerem ocupações temporárias, como auxiliar no censo das obras do PAC. “Não atuei mais na área da educação. Gostaria de voltar a trabalhar na área de educação, mas de uma outra forma. Só não sei como”, admite Ana.

Tanto Aparecida como Ana Paula são pontos fora da curva quando analiso os dados sobre a educação no Brasil. De acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (2016), documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a taxa de escolarização de mulheres brancas é sempre maior do que a taxa de mulheres negras.

Sobre os números mais recentes, referentes ao ano de 2015: a média da taxa de escolarização líquida do ensino superior entre mulheres é de 20,7. As mulheres brancas registram 28,1 (quase oito pontos a mais do que a média) e

as mulheres negras apenas 15,0 (5,7 pontos a menos que a média). Ou seja, as mulheres negras alcançam o ensino superior com menos frequência do que as brancas – e Aparecida e Ana Paula são a exceção que confirmam a regra.

A falta de qualificação reflete no mercado de trabalho. No mesmo ano da pesquisa acima, a taxa média de desocupação de pessoas com 16 anos ou mais era de 11,6. A taxa de mulheres brancas era de 9,6 e a de negras, 13,3.

Todos esses números são para comprovar mais uma violação dos direitos humanos das quais as mulheres negras estão expostas. Menor escolaridade, menor qualificação para o mercado de trabalho, piores condições de moradia e maior exposição à violência. Um ciclo vicioso em curso há décadas, mas com mulheres “sobreviventes” e referência de luta, como aponta Lélia Gonzalez:

Mas sobretudo a mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque, com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas, sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder. (GONZALEZ, 1982, p. 103-104)

#### 2.4 A dor da vida após a morte

Aproximadamente 10 dias depois do desaparecimento do filho, Aparecida recebeu uma ligação da delegacia. Era um funcionário avisando: “Luciano está morto”. Desesperada, ela telefonou para o filho caçula que mora em Brasília. O jovem, um grande amigo dele e uma das irmãs de Aparecida, Angélica (nome fictício), tomaram o primeiro avião para o Rio de Janeiro.

No Rio, algumas pessoas próximas auxiliaram nesse primeiro momento. “Eu fiquei louca, desesperada. Corri para o Instituto Médico Legal (IML), mas não sabia para qual ir. Eu tive algum apoio, mas foi tudo muito triste”, lamenta Aparecida.

Eu ainda estou de luto. **Essa é uma dor que não cicatriza**<sup>14</sup>. É uma ferida aberta. Toda vez que falo, dói muito. Tem dias que eu estou muito pra baixo. Tem dias que eu percebo que essa angústia vai ficando pior. Aí, preciso sair, dançar. Se eu ficar muito presa dentro de casa, fico muito melancólica, choro o dia inteiro. (Aparecida)

Naquele momento, ela teve ajuda de amigos e familiares, porém, ela nunca se aproximou de outras mães que também perderam seus filhos assassinados. De um tempo para cá, Aparecida tem pensado que essa aproximação pode ser importante no processo de luto.

Acho que essa ferida não tem cura, mas pode ser bom encontrar pessoas que estão em uma situação parecida, compartilhar experiências e ver que não é só a gente que está sofrendo. Perder um filho dessa maneira.... É uma parte que vai embora. (Aparecida)

A conversa sobre o luto continua e me chama atenção quando ela fala da atriz e apresentadora Cissa Guimarães. Em julho de 2010, o filho de Cissa, Rafael Guimarães, andava de skate em um túnel interditado quando carros entraram para fazer corridas ilegais (“pegas”). Um dos veículos acertou o jovem (G1, 2015).

O caso teve bastante repercussão na mídia. O homem que dirigia o carro foi condenado, assim como o pai dele, acusado de corrupção. Os dois policiais militares que receberam a propina do pai responderam a um Inquérito Policial Militar e foram expulsos da corporação em 2010.

Aparecida destaca a diferença da morte de um jovem cuja a mãe é branca, rica e famosa e de um jovem filho de mulher negra e anônima:

Olha a repercussão que teve a morte do filho da Cissa Guimarães: o Brasil parou! Meu filho também morreu assassinado e ficou por isso mesmo. Ele foi enterrado como indigente. A dor da Cissa é diferente da minha? Não é. O valor que se deu ao acontecimento é um absurdo. Mas é sempre assim, a mídia sempre vai focar nos interesses dela.... Uma atriz, global. Eu fiquei com muita raiva porque o mundo não ligava

---

<sup>14</sup> Grifo meu. É a frase que intitula a dissertação.

para a minha dor. Eu tive que continuar lutando, trabalhando e chorando sozinha. (Aparecida)

Enquanto Aparecida falava, eu sentia que ela queria dizer que a dor dela não era apenas anônima, mas também solitária. Grande parte da família dela mora em Brasília, inclusive o filho caçula. E nem sempre era possível contar com os colegas.

Os colegas de trabalho são estranhos. A gente não pode ficar abrindo o coração para todo mundo. Ficar chorando o luto uma semana tudo bem, mas na segunda semana as pessoas evitam você. Então tive que segurar a minha onda e chorar sozinha. (Aparecida)

A morte do filho de Ana Paula coincidiu com o nascimento da sua militância. Após o assassinato de Johnatha, um cunhado de Ana foi até o local do ocorrido. A ideia era encontrar alguém com coragem de dar o depoimento à polícia. E aí que Fabiana entra na vida de Ana. Fabiana foi uma das pessoas que foi até a delegacia disposta a contar o que viu.

Tudo aconteceu na porta dela. Fabiana falou que um dos filhos estava na porta de casa. Se ela não puxa ele para dentro, poderia ter perdido mais um filho. O filho que estava na porta e quase foi baleado falou: “Mãe, você viu? Acertaram o garoto que passou aqui agora!”. (Ana Paula)

Várias pessoas decidiram testemunhar no caso de Johnatha, mas a diferença é que Fabiana tem uma história muito parecida com a de Ana Paula. O filho de Fabiana também foi assassinado.

Fabiana apareceu na missa de sétimo dia do Johnatha, me mostrou a foto do filho dela e me contou como a morte dele tinha abalado ela. Também me falou do Fórum Social de Manguinhos (FSM). Fui ao fórum quase um mês depois. Só ali tive força para ir. Eu achava que ia ser chato, que eles iam ficar falando.... Eu queria uma solução rápida, queria ver o policial que atirou no meu filho preso. Eu questionava: por que ele matou meu filho e continua solto? E se fosse ao contrário? (Ana Paula)

Depois da missa de um mês de Johnatha, Ana Paula soube de um ato que iria acontecer na comunidade Chapéu Mangueira, no morro da Babilônia (Zona Sul). Era 23 de junho de 2014 e as manifestações contra a Copa do Mundo e contra os gastos do evento pipocavam pelo país.

O nome do ato me chamou a atenção: “A festa nos estádios não vale as lágrimas das favelas”. Eles convidavam famílias que sofreram alguma violência por parte do Estado a participarem do ato. Minha mãe, meus irmãos e sobrinhos quiseram ir. Nós já tínhamos feito manifestações na missa do Johnatha e na favela. Mas o ato no Chapéu Mangueira foi o primeiro fora de Manguinhos que eu fui. Eu queria ir até lá para falar o que aconteceu com meu filho e com os outros jovens aqui de Manguinhos. Era preciso botar essa dor para fora, se não, ela ia me matar. (Ana Paula)

Ana Paula lembra que viu várias mães no ato do Chapéu Mangueira e que muitas delas sabiam o que tinha acontecido com o Johnatha, graças às mídias alternativas que veicularam o caso (A NOVA DEMOCRACIA, 2014). Nos varais de roupa, elas colocaram camisas com fotos dos filhos assassinados ou desaparecidos. “Algumas camisetas estavam bem envelhecidas”, observou Ana Paula, que foi incentivada a contar a sua história no megafone.

Depois do depoimento, ela foi abraçada pelas mães, entre elas, Izildete Santos, mãe de Fábio Eduardo dos Santos Souza, desaparecido desde 2003. De acordo com depoimentos de Izildete, Fábio foi visto pela última vez saindo de uma festa junina na Baixada Fluminense, quando ele e alguns amigos foram abordados pela polícia. Os jovens entraram na viatura Blazer, modelo comum dos veículos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e nunca mais foram vistos.

Em 2016, Dona Izildete foi homenageada com a Medalha Chico Mendes de Resistência<sup>15</sup>. Ela é uma senhora de cabelos grisalhos, negra, cujo o rosto se vê muito sofrimento. Eu perguntei quem era o filho dela e ela, com os olhos lagrimejando,

---

<sup>15</sup> Indignado com esse assassinato e com a homenagem prestada a antigos torturadores, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ criou a Medalha Chico Mendes de Resistência para agradecer pessoas que tombaram ou se destacaram na luta contra a ditadura militar, a tortura e a impunidade, nas lutas populares de resistência, na defesa dos Direitos Humanos, do direito dos povos e na luta contra a violência urbana ou rural. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/noticias/28a-medalha-chico-mendes-de-resistencia-e-entregue-no-rj/>>. Acesso em 10 jul. 2017.

apontou para uma camisa no varal. Ela me contou que o Fábio ajudava a cuidar do irmão, especial, e que depois da morte, o garoto especial retrocedeu muito. Ela ainda me disse: “Olha, eu não tive nem o direito de enterrar meu filho. Passa na minha cabeça mil coisas. Eu não sei o quanto ele sofreu, mas sei que meu filho não está vivo. O que eu tenho para a dizer a você, que está chegando agora, é que isso tudo é luta muito difícil, árdua, mas que ao mesmo tempo mantém a gente viva. Eu estou aqui velha e cansada, mas não desisto. Enquanto eu viver, vou buscar pelo filho. Eu só queria poder enterrá-lo. Você ainda está nova e tem saúde, então, não desista de lutar pelo seu filho”. (Ana Paula)

E é justamente a força de Dona Izildete e das outras mães que faz com que Ana Paula não desista da luta por justiça.

Nos meus piores momentos, que são muitos, quando eu deito no sofá ou fico no meu quarto, eu falo: “não vou para lugar nenhum. Vou ficar aqui”. Aí vem tudo o que ela e o que as outras mães falam para mim. Por mais que às vezes a gente pense que não está dando em nada, está dando sim. Mesmo que hoje eu não veja os resultados ou que o policial não seja condenado pelo o que ele fez, eu vou ter a minha consciência de dever cumprido. Meu papel como mãe, favelada, preta. A minha parte eu fiz, mas infelizmente, esse sistema é assim. Muitas pessoas falaram: “não vai dar em nada. A polícia nunca paga pelo que faz. Você não tem medo deles fazerem alguma coisa com você? Deixa isso pra lá, já basta a dor que você carrega”. (Ana Paula)

Em novembro de 2011, quando perdeu o filho Carlos Eduardo Mendes de Jesus, o coreógrafo Carlinhos de Jesus disse a seguinte frase em uma entrevista: “É um pedaço seu que morre. Você perde mulher, fica viúvo. Perde pai, fica órfão. Perde filho, você fica o quê? Não tem palavra para definir. Fica louco” (REVISTA QUEM, 2013). Essa dor sem nome é a dor que não cicatriza de Aparecida, a ferida que não tem cura.

Essa dor inominável e imensurável ainda pode ser agravada. O fato de ser uma mulher anônima conferiu à Aparecida uma vivência de um luto solitário, sem holofotes e sem a sensação de justiça. Aparecida nem se quer sabe quem foi o autor do tiro que matou seu filho mais velho. Na outra ponta, há Cissa Guimarães: global<sup>16</sup>, apresentadora, rica e branca. No terceiro capítulo, trabalho

---

<sup>16</sup> Referência àqueles que fazem parte do time de funcionários da TV Globo, emissora mais famosa do Brasil.

a questão da branquitude, contudo, aqui adianto que ser branca e ter um status social autoriza o luto solidário, público e com possibilidade de justiça.

Na realidade, o luto solidário é possível em universos negros e periféricos, mas ele só obtém essa “força” quando vivido coletivamente (em todas as frentes) – que é o caso de Ana Paula. Quando Ana conheceu outras mães que também perderam seus filhos de forma violenta, ela se reconheceu na dor das outras e se fortaleceu para lutar por justiça e para continuar denunciando a violência policial.

Figura 6 – Medalha Chico Mendes<sup>17</sup>



Fonte: Maíra de Deus Brito/Reprodução

No emblemático “Vivendo de amor” (2006), texto de bell hooks<sup>18</sup>, a autora norte-americana aponta o amor como saída eficaz na luta contra as desigualdades.

<sup>17</sup> Todos os anos, várias pessoas são homenageadas com a medalha Chico Mendes. Em 2015, Ana Paula recebeu a condecoração.

<sup>18</sup> De acordo com algumas referências o nome bell hooks é grafado em letras minúsculas porque a autora faz a seguinte observação: “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/3587/afetividade-negra-por-que-beijar-sua-preta-em-praca-publica-e-um-ato-de-resistencia>>. Acesso em 17 ago. 2017.

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura. (hooks, 2006, p.196)

Aparecida já nos disse que a dor de perder um filho não tem cura, contudo, talvez, o amor de outras mães possa ser o combustível necessário para seguir mesmo com toda dor e ausência. O amor entre mulheres negras pode possibilitar a construção da ideia de futuro.

## 2.5 “A Mulher do Fim do Mundo”<sup>19</sup>

Na vida, a morte deixa marcas. Por isso, não surpreende que o assassinato desses jovens tenha afetado o físico e o emocional das mães que perderam seus filhos.

O filho de Aparecida era usuário de drogas e costumava ficar fora de casa alguns dias sem dar notícias. Dessa época, ela ainda tem as noites mal dormidas e os remédios. Ela tem insônia crônica e hipertensão. “Eu vivia sobressaltada. Qualquer barulho que ouvia, achava que ele estava chegando. Quando eu ia trabalhar, ligava o tempo todo para casa e para o celular dele. Foi muito traumático”, lembra Aparecida.

Na verdade, a hipertensão veio com o pós-parto do segundo filho, contudo, a doença se agravou após a descoberta do envolvimento de Luciano com drogas. Depois, também veio o diagnóstico de diabetes. “Sou uma bomba relógio: hipertensa, diabética e deprimida. Complicado. Tomo um catatau de remédio para todas essas coisas”, comenta.

---

<sup>19</sup> Música e disco da cantora Elza Soares.

Todas as doenças relatadas por Aparecida são graves e preocupantes, entretanto, me chamou a atenção quando ela disse que depois da morte do filho a memória dela nunca mais foi a mesma. “Ficou muito afetada. Depois desse episódio, minha memória está bem falha”, admite.

Fico surpresa ao ouvir isso porque Ana Paula se queixou da mesma coisa: a falha na memória:

Depois da morte do meu filho, tenho tido muito esquecimento.... Às vezes, estou aqui na sala e vou buscar alguma coisa na parte de cima da casa. De repente, não lembro o que ia fazer. Eu converso com outras mães e elas falam que isso acontece com elas também. Acho que os convites para participar de debates também mexem comigo, com meus sentimentos, com a minha memória. É uma sensação horrível esquecer o que estava falando. Eu esqueço completamente. Isso é bem nítido. (Ana Paula)

O trauma da morte dos filhos foi tão forte que afetou a memória das mães. Conviver com a marca desses assassinatos coloca em xeque o que é possível e o que é passível de ser lembrado ou esquecido.

E não são apenas as mães que têm a saúde abalada após os assassinatos. Elas também me relataram como a morte afetou a vida dos irmãos e dos avós dos jovens.

Aparecida me conta que falar sobre o filho mais velho, Luciano, com o caçula é muito difícil. “O caçula sofreu muito e ainda sofre. Quando tocamos no assunto, ele me ouve e se emociona. Mas agora, ele se casou e está esperando o primeiro filho que vai levar o nome do tio. É uma homenagem linda e eu estou curtindo muito isso”, comenta.

Ana Paula me conta que Johnatha e a irmã, hoje com 12 anos, eram muito próximos. “Até hoje, ela precisa fazer acompanhamento psicológico”, conta Ana, que viu a avó, Sylvia Nunes, falecer três meses depois da morte de Johnatha.

Minha avó ficou muito pior depois da morte dele. Eu e minha família acreditamos que foi em decorrência do assassinato. Ela tinha Alzheimer e problema nas pernas, reumatismo, artrose, essas coisas... Depois do que aconteceu com Johnatha, as doenças se agravaram. Na semana em que ele faleceu, eu

estava no quarto com ela, dando janta. Minha avó não conseguia falar direito, só balbuciava. Eu estava chorando, ela me olhando com os olhinhos cheios de água, quando eu falei: “É vó, hoje eu sei toda dor que a senhora carregou. A senhora sabe o que eu estou sentindo porque já perdeu filhos”. Naquele momento, ela começou a chorar e apertou a minha mão. Eu sei o quanto que ela estava sofrendo porque era o Johnatha quem ajudava ela a sair da cama, ir para a cadeira de rodas, levar ao banheiro... Meu filho estava sempre ajudando. (Ana Paula)

Ana Paula – que se emocionou antes da entrevista, ao me mostrar a foto de Johnatha ainda criança, vestido de coelho da Páscoa – chora novamente ao lembrar da avó.

Além de liderar preocupantes taxas de mortalidade materna; mortes decorrentes de abortos; e histerectomia (cirurgia para retirada do útero, normalmente após diagnóstico de mioma), etc., as mulheres negras também apresentam um quadro crítico de sofrimento psíquico grave (BRITO, 2016).

A interseccionalidade das violências de raça, gênero e classe deixam essas mulheres mais vulneráveis socialmente e psicologicamente (REDE BRASIL ATUAL, 2012).

Nossa clínica individual e nosso trabalho dirigido a grupos com pessoas negras [...] apontam que o racismo e a negação de direitos que dele decorre são um diferencial recorrente a ser mais bem compreendido no processo de construção de mal-estar ou adoecimento psíquico entre esse grupo de brasileiras(os). (GUIMARÃES e PODKAMENI, 2012, p. 225)

Em suas pesquisas, a psicóloga Maria Lúcia da Silva também percebeu a “intensidade do sofrimento psíquico provocado pelo racismo”, assim como a companheira de profissão Maria Célia Malaquias, que evidenciou o sofrimento e as influências do racismo na saúde mental e emocional em clientes de clínicas privadas, entre outros espaços (MALAQUIAS, 2017).

Por isso, na realidade, não há surpresa quando, ao se depararem com o trauma da perda dos filhos, Aparecida e Ana Paula tenham falhas na memória.

As duas mães viveram – e ainda vivem – o racismo e a negação de direitos que permeiam o assassinato desses jovens.

Em vários momentos das entrevistas, elas destacaram a cor da pele de Luciano e Johnatha como característica que aumentou a chance de eles serem mortos. Nas conversas, elas também apontam como eles serem negros e elas serem negras influenciou nos momentos pós-morte com a polícia e com a imprensa.

Para Maria Lúcia da Silva:

A ambivalência, “presença simultânea, na relação com um mesmo objeto, de tendências, de atitudes e de sentimentos opostos, fundamentalmente, o amor e o ódio”, é um componente que estrutura o racismo. Podemos considerar que a maior vitória do racismo está em sua dimensão psicológica, na medida em que a sua lógica é reduzir, invisibilizar, criminalizar, subalternizar, inferiorizar pessoas, grupos e povos, reduzindo-os a uma condição sub-humana. (SILVA, 2016, p. 82)

São esses elementos que percebo na luta diária de Aparecida e de Ana Paula. Aparecida viu sua dor ser reduzida quando foi maltratada na delegacia após o assassinato de Luciano. O luto dela foi invisibilizado quando teve que viver em silêncio o luto da morte do filho. Tanto Aparecida como Ana Paula viram os filhos serem criminalizados (como mostrarei adiante), além da subalternização e inferiorização que elas e suas famílias experimentam diariamente.

## 2.6 “Andar com fé”<sup>20</sup>

A conversa sobre fé com as mães me chamou a atenção por um motivo específico. Eu acreditava que iria encontrar mulheres evangélicas, já que, entre os fluminenses, 29,37% se declaram evangélicos – porcentagem acima da média nacional (22,16%) (O GLOBO, 2013).

---

<sup>20</sup> Música de Gilberto Gil.

Na verdade, os evangélicos foram o segmento que mais cresceu no Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, eles representavam 15,4% da população. Dez anos depois, eles eram 22,2% da população, configurando um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas. Em 1980, os evangélicos eram apenas 6,6% (IBGE, 2010).

Apesar dessa religiosidade estar presente no dia a dia delas – por meio de conversas com vizinhos, amigos e familiares e até mesmo em idas esporádicas a templos –, elementos de outras religiões aparecem em suas falas.

Pesquisadora: - A senhora mora nesse apartamento sozinha?

Aparecida: - Sim.

P: - E a senhora tem dois filhos, certo?

A: - Eu tive dois filhos.

P: - E qual é a religião da senhora?

A: - Sou muito eclética: vou à igreja evangélica, em palestras espíritas e em igrejas católicas; e ouço muitas coisas sobre espiritualidade. Tenho muita fé em Deus. Acho que não sou fiel a alguma igreja ou denominação religiosa.

Mais adiante, Aparecida me conta que o filho caçula será pai pela primeira vez. Dentro de alguns meses, nasce a criança que levará o nome do tio, morto em 2010. Para ela, que acredita em reencarnação, o bebê pode ser o filho que desencarnou cedo, aos 30 anos.

Eu acredito que ele possa estar voltando para resgatar algo. Agora, ele volta em uma condição melhor. A gente não sabe se realmente é ele, mas de qualquer forma, estamos esperando com muita alegria. A criança que vem aí é um menino e vai levar o nome do tio. Isso ameniza um pouco nossa dor e traz a esperança de ser o espírito dele. (Aparecida)

Os pais de Ana Paula nunca foram muito religiosos, nem frequentavam instituições religiosas, mas sempre pregaram a fé em Deus. Já a avó paterna sempre frequentou a igreja evangélica. Ela ia para a igreja e, às vezes, levava os netos, porém nunca obrigou nenhum deles a frequentar a mesma instituição que ela. Ana lembra que até gostava de ir ao culto com a avó, pois todos os primos iam juntos e ali era mais um momento de proximidade entre eles.

Quando tinha 11 anos, Ana Paula e a irmã foram estudar a catequese (iniciação católica). A bisavó materna era muito católica e pediu para a mãe das meninas que elas tivessem esse contato com a igreja. “A gente era mesmo obrigada a ir. Mas eu até gostei. Os professores eram maravilhosos e eu apendi bastante lá”, garante Ana Paula.

Ela e a irmã foram as únicas dos quatro irmãos que fizeram primeira comunhão – ritual que, assim como o batizado, faz parte da iniciação cristã na Igreja Católica. Nesse período, a bisavó faleceu e era ela quem fazia questão que as crianças fossem para a catequese. “No começo, a gente ia sempre a missa. Depois, passou a ser uma vez ou outra. Como acontece até hoje. Não tenho assiduidade em ir”.

Minha mãe se tornou evangélica há uns cinco anos. Ela foi batizada, mas não tem aquele fanatismo. Quando tem culto da família, ela sugere que eu vá à igreja; e quando os irmãos fazem culto na casa dela, ela me convida para ir até lá. Gosto de participar. Acredito muito que exista uma coisa sobrenatural, exista uma força.... É a essa força que eu atribuo estar viva e ainda estar de pé. Sinto uma energia muito grande que eu acredito que seja do meu filho. Acredito que ele está bem próximo de mim. Sempre nas minhas orações peço a Deus para me ajudar a ser uma pessoa melhor a cada dia. Porque eu acredito que eu vou conseguir ficar mais próxima do meu filho, que era um ser de luz. A gravidez do Johnatha não foi planejada, foi um susto, mas a chegada dele transformou a minha vida.  
(Ana Paula)

Quando Aparecida diz que “ele (Luciano) possa estar voltando para resgatar algo” ou quando Ana Paula afirma sentir “uma energia muito grande que eu acredito que seja do meu filho”, que “era um ser de luz”, elas fazem referência a religiões que acreditam no corpo como uma “veste” (LUIZ; XAVIER, 1994). Ou seja, aquilo que chamamos de morte seria apenas o fim de uma das várias existências possíveis para o ser humano e o corpo seria finito, ao contrário do espírito, capaz de ocupar outros corpos e, até mesmo, existir sem um corpo físico.

A crença em outras vidas ainda é mais direta quando Aparecida fala sobre o nascimento do neto e a “esperança de ser o espírito dele (Luciano)”.

A fé dessas mulheres é elemento fundamental na resistência e na luta diante do racismo, do machismo, do preconceito de classe e toda violência interseccionalizada. Reconhecer uma espiritualidade cujo discurso diz que a morte não é o fim, é fundamental para que a vida delas também siga adiante.

### 3 “UM DEFEITO DE COR”<sup>21</sup>

*“Eu já morri tantas antes de você me encher de bala  
Não marca  
Nossa alma sorri  
Briga é resistir nesse campo de fardas”  
(Emicida – “Mandume”)*

O filho mais velho de Aparecida, Luciano, completou o ensino médio. Ela me conta que quando ele era criança chegou a falar sobre estudar veterinária porque gostava muito de cachorros, na verdade, de bichos em geral. Mas com o tempo, ele se desencantou com os estudos. “Talvez a estrutura do sistema escolar não tenha atraído ele, mas isso não foi a única causa para ele não ter seguido adiante com os estudos”, observa Aparecida.

Aos 15 anos, Luciano começou a usar drogas e aos 17, passou a trabalhar. A ocupação era em uma fábrica de móveis em São Cristovão (Zona Norte do Rio). “Ele não precisava de dinheiro para ajudar em casa, mas como ele começou a não corresponder bem nos estudos, falei que não poderia ficar sem fazer nada. Luciano tinha vontade mesmo de trabalhar”.

Quando tinha 19 anos, Luciano foi pai, e aos 30, morreu, vítima de um tiro nas costas.

Quando o meu filho morreu, já morava sozinha. Eu soube da morte dele numa forma muito cruel. Recebi uma ligação da polícia perguntando por ele e quando respondi que era a mãe dele quem estava falando, do outro lado da linha, disseram: seu filho morreu. Eu estava sozinha em casa e entrei em desespero. Eu não tinha com quem falar e corri para o Instituto Médico Legal na intenção de encontrar o corpo do meu filho. Para minha surpresa, ele já tinha sido sepultado como indigente. Eu fiquei muito destruída por que só me avisaram depois do processo do exame de papiloscopia [processo de identificação humana por meio das impressões digitais]. Descobriram as digitais e me avisaram depois do sepultamento. Infelizmente, essa é uma dor que eu carrego muito grande. Eu não tive direito de sepultar meu filho. Ele era usuário de drogas e, às vezes, ficava 2, 3 dias fora antes de voltar para casa. Mas daquela vez ele ficou mais tempo fora e eu me arrependo muito de não ter ido procurá-lo. Talvez, tivesse dado tempo de sepultá-lo. Mas eu não acreditava nunca que meu filho fosse morrer daquele jeito... (Aparecida)

---

<sup>21</sup> Nome do livro de Ana Maria Gonçalves.

Aparecida me conta que ele morreu em uma comunidade da Zona Norte do Rio de Janeiro, há poucos quilômetros de onde ela mora. Ela também frisa que todas as informações que recebeu sobre a morte do filho foram passadas pela polícia.

Não deram nenhuma justificativa para a questão do exame. Simplesmente disseram que ele estava sem identificação. Falaram que meu filho estava vestido com uma calça jeans, uma camisa vermelha e boné vermelho e que, ao ver da polícia, configurava que ele fizesse parte do Comando Vermelho. Ele não tinha camisa vermelha e não costumava usar boné. A polícia também disse que foi difícil para que o Corpo de Bombeiros entrasse na comunidade. Disseram que foram recebidos a tiros e que só conseguiram retirar o corpo quando o Caveirão [carro blindado usado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro] entrou. Na certidão de óbito estava escrito que meu filho morreu com uma perfuração de bala, de um projétil. O tiro que perfurou o pulmão foi de uma arma de um calibre muito forte, talvez fuzil. Mas eu não sei e não tive coragem de investigar. (Aparecida)

Aparecida lembra que por várias vezes achou que o filho corria risco de vida. “É como se a qualquer momento pudesse cair uma espada em minha cabeça”, desabafa. Ela diz que a cada vez que o filho saía de casa, a angústia surgia, pois ela nunca sabia quando ele iria voltar. Ou se iria voltar.

Era um sofrimento muito grande. Quando ele aparecia, eu dava graças a Deus. Eu rezava e tinha muita esperança que ele fosse sair dessa situação. Meu filho foi internado várias vezes, mas, infelizmente, não teve o sucesso esperado. Não é fácil internar e sair livre do vício. Era mais por insistência minha. Eu tentava convencê-lo a sair desse vício maldito e ele foi algumas vezes internado. Infelizmente, todas as vezes que ele se internou, desistiu do tratamento. Ele não aguentava passar pela prova da abstinência. Foi muito sofrido para todos nós. (Aparecida)

Johnatha, filho de Ana Paula, estudou até o primeiro ano do ensino médio. Contra a vontade da mãe, ele serviu o Exército no sonho de se tornar paraquedista. Ana acompanhava os jornais e vias as notícias sobre exercícios forçados e os recrutas que morriam por causa das atividades exageradas. Ela tinha receio do que poderia acontecer dentro do quartel.

A carreira militar, no caso o exército, é algo que os meninos veem como um trabalho fácil deles serem aceitos, por assim

dizer. Tinha um amigo do Johnatha, que já era patente alta, viajava para vários lugares e voltava com muito dinheiro e com muitas histórias para contar. Ele tinha carro, moto. Os olhinhos daqueles meninos brilhavam. Às vezes, eu ficava pensando: é melhor ele ir para esse lado do que ele ir para o outro lado. (Ana Paula)

Ana diz que algumas dificuldades que passou na infância não foram vividas por Johnatha, que quando criança e adolescente nunca preocupou a mãe.

Nunca dei uma palmada nele. No quartel, Johnatha viu outra realidade. O pouco que ele ganhava, gastava para comprar farda nova todo mês, porque os superiores obrigavam, dizendo que a antiga estava fora do padrão. Os armários eram arrombados... Johnatha nunca foi um menino de briga e aquilo foi massacrando ele. Tanto que depois de 10 meses ele não quis mais servir no quartel. (Ana Paula)

Durante oito dias Johnatha ficou em casa. Quando voltou ao quartel foi preso na acusação de desertor. No quartel de Deodoro (Zona Oeste), onde ficou preso por duas semanas, Johnatha conseguiu ligar para casa e informar à família onde estava. Até então, Ana Paula sabia que o filho não estava no quartel em que servia, contudo, desconhecia o paradeiro atual dele.

Eu lembro como se fosse ontem: era 2 de dezembro de 2013 quando levamos Johnatha para o quartel. No dia 4, ele completava 19 anos. Depois, ele pegou serviço e só voltou para casa no dia 1º de janeiro. Tinha uns meninos apadrinhados que faltavam e não ganhavam nenhuma punição. Ele não aguentava mais aquilo e eu não queria forçar. Eu tinha medo que acontecesse algo com ele dentro do quartel. (Ana Paula)

Ana Paula queria que Johnatha resolvesse as questões no quartel. Brincalhão, o jovem dizia que não voltaria para o quartel, pois a prisão de lá estava muito cheia. Na segunda-feira, dia 12 de maio de 2014, o assunto voltou. Mas não houve tempo para solucionar as querelas no Exército. Na quarta-feira, dia 14, Johnatha foi assassinado.

Por volta das três da tarde do dia 14 de maio de 2014, Johnatha saiu de casa para deixar um pavê na casa da avó materna e a namorada em casa. No

dia anterior, quando a avó pediu para que Ana fizesse o doce, elas encontraram a roupa que ele usou no batizado, ainda bebê. Ana levou para casa, mas quando o filho chegou, ela já estava dormindo. No dia seguinte, na quarta-feira, não houve tempo para mostrar a lembrança a Johnatha.

Da janela de casa eu vi pedir a benção à avó dele e ela olhando para Johnatha com cara de boba, sorrindo. Nisso, minha comadre chegou com meu afilhado, que queria assistir um DVD com a minha filha e comer pipoca. Não tinha pipoca em casa e eu fui ao mercado, que não é muito longe daqui. Quando estava na fila do caixa, meu celular tocou. Era minha irmã perguntando onde eu estava e dizendo que o Johnatha tinha sofrido um acidente. (Ana Paula)

Ana Paula ainda fez mais perguntas à irmã, mas ela não respondeu. Minutos antes, no mercado, Ana ouviu tiros, sirenes da polícia e os clientes do mercado comentarem que “a chapa estava quente”.

Johnatha costumava andar na moto da tia que fez a ligação. Como disseram que ele tinha sofrido um acidente, Ana Paula imaginou que fosse uma queda da moto. Na esquina de casa, ela encontrou a sogra desesperada, que contou do tiro. Ana pegou um ônibus rumo à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e no curto trajeto, ela só conseguia pensar: “que não seja nada grave”.

Quando eu cheguei na UPA de Manguinhos, vi que tinham duas viaturas da polícia lá. Até então, ninguém sabia onde tinha pegado o tiro. Ou sabiam e não queriam falar. Eu entrei na UPA correndo e perguntando: “cadê meu filho? Eu quero ver o Johnatha. Ele está muito machucado?”. [Silêncio e choro]. Aí, meu cunhado disse, curto e grosso: “Um policial atirou no Johnatha e o tiro pegou nas costas. O Johnatha não resistiu aos ferimentos”. Aquilo ali não estava acontecendo. Era um pesadelo. Parecia que quando eu acordasse, aquilo tudo não ia passar de um pesadelo. Infelizmente, não foi pesadelo. (Ana Paula)

Dali em diante, Ana Paula não lembra mais o que aconteceu. Ela só se recorda do período que estava em casa. Uma das poucas lembranças da UPA envolve os policiais, que tiveram total acesso à sala vermelha, onde estava Johnatha. Os familiares não conseguiram ver o jovem.

Minha mãe ainda falou que quando o Johnatha saiu da casa dela, lembrou que os vizinhos tinham dito que os policiais estavam super agitados aquele dia. Minha mãe correu na janela e gritou: “Johnatha, tu tá com a identidade?”. Como se a identidade, para gente da favela, servisse para alguma coisa. Ela ainda disse: “Então toma cuidado. Não vai ficar andando por aí, porque a polícia está com a corda toda hoje”. (Ana Paula)

Figura 7 – Certificado de nascimento de Johnatha



Fonte: Maíra de Deus Brito/Reprodução

### 3.1 “A velha dor”<sup>22</sup>

Se não bastasse a dor imensurável de perder um filho, Aparecida ainda precisou lidar com o racismo dentro da delegacia. Ela relata que falou à escritã que o filho tinha documentos e era trabalhador. Aparecida teve o deboche como resposta.

<sup>22</sup> Poema de Elisa Lucinda.

– Eu ouvi da escritã: “Isso é o que a senhora acha. Ao nosso ver, ele era traficante e fazia parte do Comando Vermelho”. (Aparecida)

Com isso, Aparecida perdeu a vontade de procurar mais informações sobre a morte de Luciano.

Eu não acredito na versão da polícia. Ele era sim usuário de droga, mas também não sei dizer até que ponto o usuário fica nas mãos de traficantes, precisando fazer alguns favores para manter o uso de drogas. Isso eu não sei dizer. Mas eu não acredito que ele era traficante. Não tenho como afirmar quem matou meu filho. Eu acredito que pode ter sido a polícia, a milícia ou, de repente, o dono da boca onde ele estava. Ele pode ter ido pagar uma parte da dívida e como era época de pagamento, mataram ele e pegaram todo o dinheiro dele. Tudo é possível. O tráfico, a polícia ou os milicianos. Mas ele não estava em nenhuma guerra com tiro cruzado. Até pela característica do assassinato: o tiro foi nas costas. (Aparecida)

Aparecida – que teve um sobrinho assassinado na periferia do Distrito Federal, vítima do tráfico – mostra total consciência que ser negro e morar na periferia aumenta a discriminação. Ela ainda destaca que o preconceito e a discriminação no Rio de Janeiro são mais fortes do que em Brasília, cidade onde vivem o filho caçula e a maior parte dos irmãos e sobrinhos.

Meu filho caçula tem o cabelo grande. Ele gosta de usar o cabelo daquele jeito e tem esse direito. Mas eu tenho medo. Nunca confessei isso a ele, mas fico preocupada. Eu moro em um bairro cercado por comunidades. A polícia é muito cruel. Confundir meu filho com bandido é fácil. Ele é negro, cabeludo. Na verdade, ele é negro. De cabelo grande ou curto. E isso basta. Eles atiram e depois perguntam quem é. Ou dão aquela dura: batem cara, pedem documento, fuzil no meio da cara. Acho que meu filho, que mora em Brasília, nunca passou por uma situação como essa. Talvez a polícia de Brasília seja menos preconceituosa. (Aparecida)

Quando pergunto se algum momento da vida, ela confiou na instituição policial, a resposta é direta: “Eu nunca confiei na polícia”.

Faço perguntas sobre o cotidiano e Aparecida não se recorda de outras discriminações no serviço público. Porém, ela diz ser comum ser ignorada ou preterida em relação a alguma cliente branca quando precisa de serviços no

comércio. Recentemente, quando precisou utilizar o serviço do Uber, sentiu, mais uma vez, a velha dor do racismo.

Sem querer, eu pedi um Uber Black ao invés de pedir um Uber normal. Entrei no carro bonito e luxuoso e a motorista branca seguiu o caminho que estava no aplicativo. No trajeto, havia uma blitz e o policial, negro, parou o carro. “Está tudo bem com a senhora? ”, perguntou ele para a motorista. Na hora eu entendi que ele estava suspeitando de mim por alguma coisa, já eu, negra, estava no banco de trás. Ele deve ter pensado: “Será um sequestro? ”. A motorista disse que estava tudo bem e seguimos em frente. Quer dizer, o constrangimento não precisa de muitas palavras. Só nós que somos negros sentimos. Quando a gente comenta essas coisas, sempre tem um para dizer: “isso é coisa da sua cabeça”. Só a gente é quem sabe. (Aparecida)

Ela também aponta para a diferença de como os políticos tratam os moradores da Zona Sul e da Zona Norte do Rio de Janeiro. Para ela, “ninguém dá importância para o subúrbio” e os políticos só frequentam a região na época de campanha, em troca de votos. Para Aparecida, ser uma mulher negra, de uma maneira geral, é ser olhada de forma diferente pela sociedade.

Não importa que eu seja uma mulher pós-graduada, independente, funcionária pública. Eles julgam pelo o que estão vendo: uma negra, de “cabelo duro”, que mora na periferia. Ou seja, é mais uma lavadeira. Não desmerecendo lavadeira nenhuma, mas nunca me confundem com uma médica ou uma juíza. As pessoas só nivelam o negro por baixo. Sempre. (Aparecida)

Dos vários episódios racistas que sofreu, Aparecida destaca, por último, uma lembrança dos tempos da infância e da escola, quando ainda morava em Brasília. Apesar da história de Brasília ser conhecida pela formação populacional plural, com pessoas de vários estados do país, ela era uma das poucas negras da escola. Ela recorda que estudava com crianças cariocas, filhos de militares de alta patente. Quando estava na segunda ou terceira série do ensino fundamental, Aparecida viveu momentos extremamente difíceis em sala de aula.

Dona Maria era a professora de português, de Língua Pátria. Nunca me esqueci dela. Eu não tinha livro necessário para aula, por isso, sentava do lado de uma coleguinha que deixava o livro na frente dela. Eu ficava toda torta para ler e a professora me

deixava horas lendo naquela posição. Todo mundo lia, três, quatro parágrafos. Eu lia a página toda. De maldade. Naquele momento, ainda criança, eu não percebi muito isso. Eu não gostava daquilo, mas nunca tive coragem de questionar. Eu já era míope naquela época e lia muito bem mesmo com o livro distante de mim. Mas teve uma coisa muito boa: com a leitura, eu aprimorei meu português. Então, todo concurso que fiz, passava com as melhores notas em português. A coleguinha que sentava ao lado nunca colocava o livro entre nós duas. Na verdade, ela nem me queria por perto. Desde pequeno a gente sofre discriminação e dificuldades porque ninguém facilita. Fica a sensação que quando é para branco tudo é mais fácil, tem passe livre. (Aparecida)

Os episódios descritos por Aparecida têm uma marca em comum: o não-dito. Segundo o professor congolês Kabengele Munanga, essa é a principal característica do racismo à brasileira.

Não foi preciso ouvir nenhuma palavra dos atendentes para que Aparecida compreendesse que o desprezo e a falta de trato se deu por causa da cor da pele dela. Da mesma maneira, não foi preciso ouvir muito para perceber que Luciano estava sendo enquadrado como membro do Comando Vermelho porque era um jovem negro na favela.

Se Aparecida fosse branca, o carro teria sido parado na blitz e o policial teria feito a mesma pergunta à motorista? A professora teria uma outra postura com a ausência do livro da aluna? Não tenho essas respostas, mas, historicamente, os depoimentos de Aparecida são recorrentes em falas da população negra do país. Desconheço o contrário.

Sobre o não-dito, Munanga escreveu:

O silêncio, o não dito, é outra característica do racismo à brasileira. Como disse Elie Weisel, judeu vencedor do prêmio Nobel da Paz (1986), “o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio”. É nesse sentido que sempre considere o racismo brasileiro um “crime perfeito”, pois além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros. Sem dúvida, todos os racismos são abomináveis, já que cada um a seu modo faz vítimas. O “brasileiro” não é pior, nem o menor, se comparado ao dos outros povos; no entanto, a dinâmica e suas consequências são diferentes. (MUNANGA, p. 2016, 40-41)

No Brasil não há segregação de pessoas com placas “white” e “non-white” ou a criação de territórios para negros e negras como os bantustões do apartheid da África do Sul. Há práticas semelhantes, mas com características que só o racismo à brasileira poderia ter, entre elas, o não-dito.

### 3.2 “A compreensão do horror ou o ensaio de uma guerra”<sup>23</sup>

A experiência com o racismo também está no nível institucional. Ao resgatar o momento em que soube da morte do filho e a ida à delegacia, Aparecida classifica como “brutalidade” a forma como foi tratada. De com acordo com ela, a escrivã, “sem a menor compaixão e sem respeito a dor da mãe”, questionou ela de maneira grosseira.

Ela virou para mim e disse: “Isso (o fato de Luciano não ser traficante) é o que a senhora acha. Porque para a polícia ficou caracterizado que era ele era do Comando Vermelho”. A escrivã era uma outra mulher. Então, quando a gente vê uma mãe sofrendo, desesperada, querendo notícia, você espera que a outra mulher se compadeça, mas no meu caso não foi assim. (Aparecida)

Contudo, a experiência traumática relatada não foi o primeiro caso de racismo vivido por Aparecida em uma delegacia. Meses antes, em uma das vezes que Luciano saiu de casa e levou de 2 a 3 dias para retornar, Aparecida foi à 20ª Delegacia de Polícia, na Vila Isabel (Zona Norte), prestar queixa de desaparecimento. Diante da dor e do desespero, ela teve, mais uma vez, o desdém como resposta.

O escrivão, muito debochado também, perguntou: “Tem a foto dele aí?”. Ele, olhou com aquele desdém para a foto. Olhou para mim, olhou para a foto... Mãe negra, filho negro. O que pode ser? Pior não foi isso. Quando eu estava dando início ao procedimento, meu filho ligou, dizendo que estava em casa. Aí, foi aquele deboche. “Está vendo, não está acostumada?”. Ouvi

---

<sup>23</sup> Poema de Elisa Lucinda.

esse tipo de coisa. Aí, você se sente humilhada. Ambiente de delegacia para mim foi humilhante. (Aparecida)

Para Aparecida, o tratamento vivido na delegacia foi horrível. E diante de uma situação tão ruim, ela teve receio de reviver o constrangimento. “Eu não queria passar por aquilo de novo. Por isso, quando ele ficou sumido por mais tempo, fiquei esperando ele voltar”, conta Aparecida, que chegou a pedir ajuda de uma amiga advogada, branca. “Eu pedia para ela ir comigo porque tinha receio deles não me atenderem. Ela também ficou indignada com o tratamento que me deram”.

Ana Paula concluiu o curso de pedagogia em 2005 e sua filha caçula tinha dois meses quando Ana apresentou a monografia. Na época, ela estava separada do marido, mas um episódio acabou reaproximando o casal. Eram quatro da manhã, quando Ana recebeu um telefonema. Do outro lado da linha, alguém avisava que o marido de Ana tinha sido baleado em bar de Manguinhos.

Ele costumava ficar em um bar na estrada principal aqui de Manguinhos. Na época, o Caveirão, o carro blindado da polícia, entrava atirando na comunidade. Era rotina e não precisava de motivo. Naquela noite, uma das vítimas foi o pai dos meus filhos. As pessoas relataram que o Caveirão chegou em uma festa e colocou homens e mulheres na parede e até que um garoto apanhou. Era uma sexta-feira e o Caveirão queria acabar com a diversão dos moradores. Eles chegaram atirando e como meu marido estava alcoolizado, não correu e tentou se abrigar como as outras pessoas. (Ana Paula)

O marido de Ana Paula foi aposentado por invalidez. A fisioterapia não foi suficiente para reverter o dano do tiro no joelho.

Meu marido sempre falou que não acreditava na justiça. Ele também tem os traumas do que viveu no hospital. Ele diz que quando chegou no hospital, apareceu polícia, um monte de gente, perguntando se ele era trabalhador ou bandido. Ele ficou com medo, mas a gente falava que tinha que denunciar, fazer justiça. **Ou seja, a morte do Johnatha não foi a primeira vez que o braço armado do Estado pesou a mão sobre a minha família. O pai do Johnatha sobreviveu. Meu filho, infelizmente, não.** (Ana Paula; grifo meu)

Ana Paula diz que após a implementação da UPP em Manguinhos, o número de abordagens (violentas) aumentou.

O Johnatha não foi a primeira vítima pós UPP. Em um espaço curto de tempo vários jovens foram vítimas da violência policial. O Matheus foi a primeira vítima, em março de 2013. Em outubro, eles mataram o filho da Fabiana, que estava lá no Sarau. Espancaram ele até a morte. O filho dela tinha tido passagem pela polícia, mas pagou. Não tinha nem 15 dias que o garoto tinha saído do socioeducativo quando um policial, que já tinha prendido ele fora da favela, começou a espalhar para os outros que ele menor infrator, entre outras coisas. Aí começou a perseguição. Fabiana fala que toda vez que viam o menino, a polícia abordava e batia nele. E o filho dela discutia com os policiais. Até o dia que conseguiram pegar ele. Encurralaram ele em um beco e espancaram ele até a morte. Alegaram que ele estava drogado, que tinha tido um mal súbito. (Ana Paula)

Não são apenas os números que caracterizam a realidade da segurança pública brasileira em um cenário de guerra. A violência tem graus distintos e atua em diferentes frentes, como na esfera institucional. O racismo sofrido por Aparecida na delegacia no momento em que ela vê o filho morto sendo acusado de fazer parte de uma facção criminosa e no descaso diante a tentativa de registrar o desaparecimento de Luciano são a ponta de um iceberg que passa pela coerção (policiais no Caveirão atirando sem motivo na população) até chegar na morte consumada.

O neurocientista estaduense Carl Hart auxilia na reflexão sobre um dos principais desafios do racismo institucional: a ausência da imagem de um responsável pelas práticas racistas.

Mas antes de prosseguir preciso também definir com clareza outro conceito: racismo. A palavra tem sido tão mal-empregada e diluída que se perde de vista seu caráter pernicioso. O racismo é a crença de que diferenças sociais e culturais entre grupos são herdadas e imutáveis, tornando certos grupos inalteravelmente superiores a outros. Se tais ideias já são nocivas o bastante na mente dos indivíduos, dano maior é causado quando influenciam o comportamento institucional, por exemplo, nas escolas, no sistema judicial e nos meios de comunicação. O racismo institucionalizado muitas vezes é mais insidioso e de difícil abordagem que o racismo de indivíduos isolados, pois não há um vilão específico para se culpar, e os líderes institucionais

podem recorrer a respostas prontas ou adiar indefinidamente uma intervenção decisiva. (HART, 2013, p. 24-25)

Seja nos Estados Unidos ou no Brasil, denúncias de racismo institucional dificilmente se desdobram em punição dos culpados, dificultando o fim dessas práticas.

Entre janeiro e abril de 2016, foram registradas 111 mortes cometidas por policiais no Brasil. No mesmo período do ano seguinte, foram 178 mortes, representando um aumento de 60% no número de autos de resistência (G1, 2017). São números que acendem o sinal de alerta.

De acordo com a publicação “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro”, da Anistia Internacional, autos de resistência acontecem:

Quando uma pessoa é morta em consequência de intervenção policial (militar ou civil), o caso, quando é levado ao conhecimento do poder público, resulta em um registro de ocorrência tipificado como “homicídio decorrente de intervenção policial”, também chamado de “auto de resistência”. A autoria do homicídio, nessas situações, é conhecida e o próprio policial efetua o registro com uma autoridade na Polícia Civil. Assim, os “autos de resistência” são registros administrativos de ocorrência realizados pela Polícia Civil, que faz uma classificação prévia do homicídio praticado por policiais, associando-o a uma excludente de ilicitude: legítima defesa do policial. Essa figura jurídica remonta à época da ditadura militar (1964-1985), quando as torturas, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, ocultações de cadáveres e prisões ilegais eram instrumentos de uma estratégia de Estado voltada para a supressão da dissidência política. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p.28)

O crescimento expressivo dos autos de resistência em um curto período de tempo é preocupante porque os autos e o argumento de legítima defesa são utilizados para justificar o excesso de violência em ações policiais, principalmente nas áreas mais pobres do país. Além disso, o auto de resistência dificulta as investigações imparciais e independentes que poderiam determinar se o uso da força letal foi legítimo, necessário e proporcional.

### 3.3 Criminalização do corpo negro

Além da dor de perder um filho de maneira violenta, Aparecida sentiu essa dor ser potencializada diante da maneira como a morte de Luciano foi tratada pela polícia. Ela conta que a polícia apenas telefonou para dizer que “talvez” o corpo estivesse no IML do Centro do Rio. Posteriormente, ela soube que filho tinha sido enterrado como indigente.

Mas o corpo dele já não estava lá no IML. Depois, me disseram que ele tinha sido enterrado no cemitério de Santa Cruz [bairro da Zona Oeste, há 56km do Centro], em uma cova rasa [sepultura simples] como eles dizem. E a possibilidade de violar era zero. Pelo menos para o que eu queria. Meu desejo era tirar o corpo e fazer um outro sepultamento. Mas isso é ilegal. Só é possível mexer no corpo depois de dois anos. Daí, já que foi assim, eu pedi para fazerem algo em torno da cova dele, coloquei um retratinho e uma mensagemzinha simbólica. Para mim isso foi muito pouco. É muito doloroso. (Aparecida)

Ana Paula, que havia comentado sobre as abordagens violentas pós UPP, resgatou alguns fatos do dia da morte de Johnatha. Naquele dia, um vizinho falou para a mãe de Ana que a polícia tinha feito uma apreensão de drogas no período manhã. E daquele momento em diante, os policiais teriam ficado agitados, nervosos, fazendo rondas pela comunidade. Johnatha foi baleado pouco tempo depois das três da tarde.

Nesse grupo de policiais da UPP que estavam em Manguinhos, havia uma policial chamada Letícia [nome fictício]. Inclusive, os moradores achavam que tinha sido ela quem tinha matado o Johnatha. Até então, eu nunca tinha ouvido falar dessa policial. Os moradores falavam que a policial era muito hostil e não respeitava os moradores, sempre xingando. Palavra dos moradores: “era a policial mais marrenta do grupo”. Era mulher, mas era a pior. E no dia da morte do Johnatha ela fez disparos também. Mas quando o exame de balística ficou pronto, foi comprovado que a bala não tinha saído da arma dela. (Ana Paula)

Ana Paula diz que no dia do assassinato havia um grupo de moradores revoltados, discutindo com o grupo de policiais do qual Letícia fazia parte. Havia troca de xingamentos e os moradores, que reclamavam dos abusos policiais,

passaram a tacar pedras, mas nenhuma teria alcançado os PMs. Ana imagina que esse episódio deve ter sido por volta das 16h, quando Johnatha estava passando próximo ao local da confusão e acabou sendo baleado nas costas. “Ele ainda deu alguns passos e caiu atrás da igreja. Alguns moradores levaram ele para a UPA, onde já chegou sem vida”.

Os policiais apreenderam as drogas de manhã, mas só apresentaram à tarde, depois que mataram meu filho. Na delegacia, eles iriam dizer que mataram mais um e ficaria por isso mesmo. Só que na UPA, meu cunhado soube que Johnatha tinha morrido e alguém orientou a ir até a delegacia e fazer uma ocorrência. Foi justamente o que ele fez. (Ana Paula)

De acordo com Ana, quando o cunhado chegou na delegacia, os policiais envolvidos na morte do filho já estavam lá. Ana imagina que os PMs foram para a delegacia depois de serem hostilizados por familiares e moradores na UPA. No hospital, a namorada de Johnatha reconheceu a policial Letícia e as pessoas, revoltadas, começaram a gritar: “assassinos”. Foi quando os PMs foram embora, correndo.

Meu cunhado ouviu do delegado que os policiais alegaram que houve troca de tiros e que a vítima na UPA seria a pessoa que estava trocando tiros com eles. Meu cunhado contestou: “Meu sobrinho não tinha arma nem era bandido. Ele era um garoto de 19 anos, totalmente indefeso. Todo mundo em Manguinhos sabe que meu sobrinho nunca fez parte de tráfico. Já é muita dor para família e ainda tem que carregar isso? ”. Perguntaram se meu cunhado queria dar seguimento ao registro. Ele confirmou. Acionaram a delegacia de homicídios e disseram que precisávamos encontrar testemunhas dispostas a falar. Se eles tivessem matado meu filho e pedido perdão, tivessem reconhecido que não deveriam ter feito aquilo, provavelmente, eu teria deixado ser enganada por eles. Mas não, para eles não bastava matar. Era preciso também criminalizar. (Ana Paula)

A criminalização de Johnatha, depois de morto, não foi apenas na delegacia. Ana Paula viu uma reportagem na TV que reproduzia o que foi ouvido na delegacia: “a polícia alega que a vítima era suspeita de estar trocando tiros”. Ana comenta que durante o noticiário a jornalista ainda questionou o delegado, responsável por comentar os casos apresentados: “Como a polícia pode alegar isso se o tiro foi nas costas? ”. “O delegado respondeu: ‘Eu, como delegado de

polícia, já vi uns casos em que a polícia atira e a pessoa corre. Mas não estou dizendo que foi o caso desse jovem, que fique bem claro”, recorda.

Mas ele quis dizer isso [que Johnatha teria trocado tiros] sim. Aquilo me deu um nojo, um ódio. Eu queria ver se fosse o filho deles. Meu filho não era branco, não era rico, nem filho de rico. Se fosse, mesmo se tivesse fazendo alguma coisa errada, não teria levado um tiro. Eu não posso ficar calada. Tenho que falar.... Não vou deixar esses crápulas me calarem. Meu filho não está aqui. Se tivesse sobrevivido, estaria preso, provavelmente, tentando provar a inocência dele. Assim como centenas de pessoas que estão presas hoje injustamente. (Ana Paula)

Quando pergunto sobre o papel da mídia no processo de extermínio da juventude negra, Ana Paula expressa a tristeza diante do que ela chama de “lavagem cerebral”. Para ela, existe um interesse em manter as pessoas sem educação e sem acesso à informação. Ela me diz que é comum que mães, cujos os filhos tinham algum envolvimento com o varejo das drogas, não entrem na luta contra a violência do Estado.

A mídia, a sociedade em geral, faz com que essa mãe acredite que havia razão para matarem o filho dela. Eu já gritei muito e continuo a dizer: a grande mídia também tem culpa pelo o que está acontecendo. Ela também tem as mãos sujas com o sangue dos nossos filhos. Porque não chamam as mães para falar o que tem que falar? É sempre o que a polícia alega. E o que o familiar alega, a mídia trata com desdém. Sempre com uma desconfiança. Quando é a fala da polícia, é com firmeza. A mídia também tem muita culpa pelo o que acontece. Eles só veem atrás da família quando o corpo está estirado no chão, quando o sangue está derramado. (Ana Paula)

Apesar do constante desserviço, ela lembra que também existem bons profissionais na mídia. Um desses jornalistas descobriu que o policial suspeito de atirar em Johnatha já respondia por triplo homicídio e por duas tentativas de homicídio da Baixada Fluminense.

O repórter me telefonou na sexta-feira, 6 de fevereiro de 2015, perguntando sobre a minha expectativa com a audiência e se eu conhecia o policial. Eu não conhecia o PM, mas sabia o nome dele e falei para o jornalista. Para a minha surpresa, na segunda-feira, dia 9, enquanto me arrumava para ir para a audiência, recebi de um amigo o link com a reportagem [ela aponta para o

jornal]: “Mãe espera condenação de PM por morte do filho. Policial acusado de atirar em jovem pelas costas, em Manguinhos, já responde por triplo homicídio e duas tentativas de homicídio na Baixada Fluminense”. O quanto a mídia e o sistema judiciário têm culpa pelas mortes dos jovens? Por esse genocídio que está em curso? Por que esse policial não estava preso? (Ana Paula)

A reportagem ainda afirma que o policial estava de folga quando o crime aconteceu na Baixada Fluminense (O DIA, 2015). Todas essas informações chegaram até Ana Paula por meio de uma matéria do jornal “O Dia”. Ela destaca que nem o advogado tinha conhecimento desses dados, pois não consta nada a respeito nos registros da polícia.

Já teve repórter que me perguntou se meu filho estava no lugar errado e na hora errada. Respondi que não. Meu filho estava na favela onde ele nasceu e foi criado. No berço dele. Eu nunca tive medo do Johnatha dentro da favela. Você me perguntou do papel da mídia.... Por que quando morre um jovem eles vão lá fuxicar a vida dele, saber se trabalhava, estudava e se alguém da família responde por algum processo? Eles sempre vão querendo saber algum podre da vítima. Por que essa mesma mídia que ficou falando que meu filho era um suspeito de ter trocado tiros não foi procurar saber quem era essa policial que atirou? Por que não foram perguntar para o policial porque ele atirou no meu filho? (Ana Paula)

Johnatha morreu em 14 de maio de 2015. Quase um ano depois, em 9 de fevereiro de 2015, aconteceu a primeira audiência. Ela estava marcada para às 13h, mas só ocorreu às 18h. Ana Paula conta que durante todo esse tempo seus familiares e as testemunhas aguardaram a sessão ao lado dos policiais suspeitos.

Aquela foi a primeira vez que Ana Paula entrou em um tribunal. A partir dali ela procura estar com outras nas mães nas audiências dos filhos de cada uma. Inclusive, Ana esteve com os familiares dos cinco jovens que foram executados com 111 tiros em Costa Barros (Zona Norte). Em julho de 2016, Joselita de Souza, mãe de um dos cinco jovens, morreu no Rio de Janeiro (O GLOBO, 2016). Ela não se alimentava corretamente há meses e estava com um quadro de pneumonia e anemia. No hospital, ela chegou com parada cardiorrespiratória, mas os familiares dizem que a causa da morte foi a tristeza em ver o filho morto de uma forma tão brutal.

Eu vi o quanto ela ficou revoltada e adoecida. É muito injusto. Os casos que têm investigação são aqueles em que os familiares mesmo com dor, dilacerados, foram lá e botaram a cara. Fizeram pressão para que tivesse uma investigação. Porque se a família não vai até a delegacia, não tem investigação.... Isso já está claro. (Ana Paula)

Na primeira audiência, Ana Paula achou que tudo estaria resolvido. Só que foi ao sair de lá que ela percebeu como as coisas seriam diferentes.

Ali, o racismo fica bem nítido. É uma sensação horrível, revoltante. Fica bem claro que quem está sendo julgado são os nossos filhos. O tempo todo. Não é o assassino que está sentado lá que está sendo julgado. Eu vi acontecer na audiência do meu filho e vejo nas outras audiências. As perguntas para as testemunhas são: “Lá na favela onde você mora tem tráfico de drogas? ”, “Seu filho estudava? ”, “A senhora ficava 24 horas com seu filho? ”. A justiça deixa bem claro: ela tem dois pesos e duas medidas. Deixa bem claro que quando chega um caso desse lá. É a vítima que está sendo julgada ali. Julgada por ser preta, pelo local onde mora. Isso é uma coisa que adocece a gente. Toda vez que eu tenho que ir em um tribunal de justiça, eu saio dali com as minhas energias sugadas. Saio dali muito mal. (Ana Paula)

O processo de morte, identificação e sepultamento de Luciano apresenta uma série de incongruências. Ele foi morto e a polícia não soube informar quem foi o autor do tiro, entretanto, essa mesma polícia tinha informações “suficientes” (camisa vermelha e uso de boné) para acusar Luciano de envolvimento com o Comando Vermelho. Outro procedimento incoerente foi o enterro de Luciano como indigente seguido da identificação do jovem e da localização de sua casa e de sua mãe.

A criminalização do corpo envolve outras práticas como o flagrante forjado. Com a expansão da internet e de aplicativos como Whatsapp, entre outras tecnologias, ficou mais fácil denunciar os falsos flagrantes (ESTADÃO, 2015).

Ainda assim, Ana Paula mostrou preocupação com o horário de apresentação das drogas que foram encontradas em Manguinhos no mesmo dia da morte do seu filho. A apreensão em chegar logo na delegacia e registrar a

morte de Johnatha era porque ela já imaginava os possíveis argumentos que a polícia poderia usar. Por isso, não houve espanto quando os policiais alegaram que teriam trocado tiros com a vítima da UPA. Era preciso tentar justificar como um jovem desarmado levou um tiro nas costas, sem nenhuma chance de defesa, e acabou morrendo.

Outro ponto importante para esta pesquisa é a compreensão das mães sobre o papel da mídia no extermínio da juventude negra.

No início da entrevista, Aparecida apontou as diferenças em ser uma mulher anônima e em ser uma mulher funcionária da principal emissora de televisão do país. Depois, Ana Paula disse que “existe um interesse em manter as pessoas sem educação e sem acesso à informação”. Na entrevista, Ana também demonstrou preocupação com o reforço de estereótipos da população negra e com a culpabilização da vítima.

A influência da mídia é tão grande, que ela é conhecida como “o quarto poder”. Tanta autoridade não surgiu ao acaso, assim como não é aleatória a relação mídia-poder-donos de meios de comunicação.

Outra conclusão é a de que a questão racial é representada como um problema ou uma doença dos negros, o que é, evidentemente, falso e ideológico: onde estão os escravizados de ontem e os dominadores de hoje? Nesse sentido, o ponto de vista que prevalece na imprensa brasileira ainda é hoje o ponto de vista de quem goza de poderes na sociedade atual e culpabiliza a vítima da opressão. (CARONE; NOGUEIRA, 2014, p. 179)

Para o professor e jornalista Muniz Sodré (1999), a questão da cor e os simbolismos em torno dela têm muita importância política em um país como o Brasil, cuja população pobre é negra. Assim:

[...] A mídia funciona no nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pele. (SODRÉ, 1999, p. 243)

Sodré (1999) ainda relaciona as elites de hoje e sua rejeição à “a pecha de ‘sujeitos da discriminação’” com a mídia e a negação da existência do racismo

“a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo anti-racista ou a episódicos conflitos raciais”.

Com referência ao negro, a mídia, a indústria cultural, constroem identidades virtuais a partir, não só da negação e do recalçamento, mas também de um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições. Da identidade virtual nascem os estereótipos e as folclorizações em torno do indivíduo de pele escura. (SODRÉ, 1999, p. 246)

Somada ao ciclo de negações e de reforços de estereótipos, a mídia também produz discursos que naturalizam a superioridade branca e que trata o branco como representante natural da espécie (ROSEMBERG; SILVA, 2008). Se as características do branco são a norma da humanidade, todos os não-brancos são o desvio da norma. Todos negros são os não-humanos.

#### 3.4 Assassinatos, prisões e guerras “às drogas”

Tanto Aparecida como Ana Paula mostraram em vários momentos da entrevista que sabem e sentem a diferença em ser negro e ser branco no Brasil. Ana Paula toca em três pontos muito importantes no debate sobre o extermínio da juventude negra: seletividade penal, guerra às drogas e branquitude:

Se meu filho tivesse sobrevivido, estaria preso. Olha o caso do Rafael Braga<sup>24</sup>. É uma coisa revoltante. Por que o Rafael está preso? Porque é preto e a palavra da polícia vale mais. Policiais esses que muitas vezes já mataram, já roubaram. Mas vale mais a deles, porque eles vestem uma farda, porque eles estão ali agindo em nome do Estado. Estado esse que não tem nenhum interesse em dar estudo, educação e saúde de qualidade para pobre, favelado. O único intuito desse Estado é ver a população preta e pobre encarcerada e morta. Porque as fábricas de armas estão aí. E eles estão enchendo os bolsos com isso. É revoltante. Quando eu paro para pensar sobre isso. Que o sangue derramado do meu filho e de tantos outros jovens enriquece essa camada da elite, que eles enchem os bolsos com o sangue dos nossos filhos; com essas políticas como remoção. Remoção dá muito dinheiro. Obra dá muito dinheiro. Tudo é em cima do nosso sofrimento. Tudo que gera dinheiro para eles é em cima do sofrimento do povo pobre, preto, favelado, periférico.

---

<sup>24</sup> CARTA CAPITAL. **Condenação de Rafael Braga gera revolta**. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/22/condenacao-de-rafael-braga-gera-revolta/>>. Acesso em 19 jul. 2017.

Eles não têm nenhum interesse de que haja igualdade social.  
(Ana Paula)

Em sua dissertação de mestrado a socióloga e ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Vilma Reis, trabalha a dimensão identitária “Jovens-Homens-Negros” com hífen. O recurso tem o objetivo de salientar que são dimensões indissociáveis, “ou seja, são vivenciadas de maneira interseccionalizada” (REIS, 2005).

De acordo com a socióloga, esses Jovens-Homens-Negros têm tido os direitos violados, materializado em milhares de assassinatos por policiais e paramilitares. “Esses homicídios são assinalados pelo Estado como ‘auto de resistência ou resistência seguida de morte’, tendo como principal marca conceder um salvo conduto para que se continue fazendo ‘limpeza étnica’” (REIS, 2005), afirma Vilma, que chama atenção não só para a política genocida, mas também para a política prisional do Estado.

Nesse lastro, a chamada “guerra às drogas”, que se desenhou nos anos 1990 e virou política de Estado no século XXI, no Brasil, sustenta o que vou denominar de Sistema Colonial Atualizado de Vingança Contra Negros e Negras, que o estado brasileiro se arvora a chamar de Sistema Prisional e Sistema de Justiça Criminal. De fato, esses artefatos funcionam como álibis institucionalizados para matar e prender em massa, exatamente nesta ordem, nos levando à hipótese de que quem não está preso, já foi morto. (REIS, 2015, p.5)

O texto de Vilma Reis vai exatamente ao encontro da fala de Ana Paula por dois motivos: a certeza da morte ou da prisão para os jovens negros, e um sistema prisional e de justiça criminal desigual, injusto e seletivo.

Único preso e condenado por delitos nos protestos de 2013, Rafael Braga se tornou uma triste referência quando se trata de seletividade penal. Em junho daquele ano, Rafael foi preso por portar uma garrafa de desinfetante, mais especificamente Pinho Sol. No STJ - Habeas Corpus: HC 322684 RJ 2015/0101761-0, o laudo técnico nº 267 atesta que uma das garrafas tinha “mínima aptidão para funcionar como coquetel molotov” (JUSBRASIL, 2015).

Em outubro de 2014, Rafael passou para o regime semiaberto. Pouco tempo depois, retornou à prisão. Policiais teriam encontrado com ele um morteiro, 0,6 gramas de maconha e 9,3 gramas de cocaína com o jovem (G1, 2017). Segundo o advogado do jovem, Lucas Sada, do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), o flagrante foi forjado (JUSBRASIL, 2015).

Outro fato que chama a atenção é a pequena quantidade de droga apreendida. Segundo estudo da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e Direitos Humanos do Paraná (GOMES, 2014), um cigarro de maconha tem em média de 0,5 a 1,5 gramas. Dessa maneira, a quantidade que estava com Rafael seria insuficiente para fazer o cigarro. O mesmo estudo afirma que um usuário de cocaína usa, em média, 3,8 gramas por dia. O pó que estaria com Rafael seria a quantidade usada em pouco mais de dois dias. Em ambos os casos, a quantidade de drogas apreendida é pequena para venda e para consumo individual.

O caso Rafael Braga ainda se torna mais emblemático quando reflito sobre o episódio que envolve Breno Fernando Solo Borges (JORNAL NACIONAL, 2017). Em abril de 2017, ele foi detido com 130 quilos de maconha, centenas de munições de fuzil e uma pistola nove milímetros. Breno é um homem branco de 37 anos, filho da desembargadora Tânia Garcia, presidente do Tribunal Regional Eleitoral e integrante do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Após receber da defesa a informação que Breno teria a síndrome de borderline (transtorno caracterizado pela instabilidade emocional) e, por isso, não seria responsável por seus atos, a Justiça de Mato Grosso do Sul tirou Breno da cadeia e permitiu a internação em clínica psiquiátrica.

Percebe-se que mesmo sendo de menor gravidade, o caso de Rafael Braga foi avaliado com mais rigor do que o caso Breno Fernando.

Em agosto de 2017, Rafael teve o habeas corpus negado. Em 15 de setembro de 2017, Rafael foi para casa temporariamente. A decisão do habeas corpus em caráter liminar é do ministro Rogério Schietti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), diante da tuberculose adquirida por Rafael na prisão.

A conjuntura “Rafael Braga x Breno Fernando Solo Borges” ainda me leva a pensar sobre a guerra às drogas. Apesar da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/06) apresentar aspectos positivos como a despenalização da posse para uso próprio (artigo 28) e a redução da pena para a hipótese de consumo compartilhado de droga ilícita (artigo 33, parágrafo 3º.), a lei – cuja pena mínima tornou-se superior a pena do crime de roubo, que tem pena mínima de dois anos – traz alguns retrocessos (BOITEUX, 2006):

Daí porque, neste momento inicial de sua vigência, não se considera ter havido um avanço, e que melhor seria manter a lei anterior, já que o usuário não era preso da mesma forma, mas encaminhado ao Juizado Especial, enquanto que a pena mínima para o tráfico prevista era de três anos. Ao contrário, com a lei nova haverá um reforço do abismo já existente entre a figura do usuário e do traficante, que atingirá diretamente os pequenos traficantes selecionados pelo sistema para cumprirem pena. (BOITEUX, 2006, p.8)

É possível dizer, mais de 10 anos depois da implementação da Lei de Drogas, que Luciana Boiteux estava correta. A lei intensificou a seletividade penal e aumentou a população carcerária brasileira. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, em 2006, havia 401.286 pessoas presas e, em 2014, 622.202. Nesse ano, 28% das sentenças de pessoas presas foram por causa da Lei de Drogas.

O próprio levantamento afirma:

É importante apontar o grande número de pessoas presas por crimes não violentos, a começar pela expressiva participação de crimes de tráfico de drogas - categoria apontada como muito provavelmente a principal responsável pelo aumento exponencial das taxas de encarceramento no país e que compõe o maior número de pessoas presas. (INFOPEN, 2014, p. 33)

Os dados sobre o perfil dos presos reiteram a fala de Ana Paula e os escritos de Vilma Reis sobre “quem não está preso, já foi morto”. Os jovens negros de baixa escolaridade que não foram mortos estão atrás das grades: 55,07% tem até 29 anos; 61,67% são negros e apenas 9,5% concluíram o ensino médio. Uma realidade pavorosa sustentada pelos privilégios da branquitude.

### 3.5 Branquitude e Necropolítica

Medo é uma das palavras-chave para compreender o cenário genocida brasileiro. A branquitude<sup>25</sup> é discutida há mais de quatro décadas, mas no final dos anos 1980, Celia Maria Marinho de Azevedo alertou como o medo foi o ponto de partida para a construção e a consolidação do ideal de branqueamento. Temerosa por viver em um país majoritariamente não-branco, a elite branca brasileira do final do século 19 encontrou no branqueamento a solução para um Brasil preto e pardo.

Esse medo do negro que compunha o contingente populacional majoritário no país gerou uma política de imigração europeia por parte do Estado brasileiro, cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos. (BENTO, 2014, p. 32)

Para Maria Aparecida Bento, além do medo, a projeção pode estar na origem “de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio” (BENTO, 2014). A psicóloga compreende como exclusão o descompromisso político com o sofrimento do outro que, quando chega à dimensão moral, baseia-se na desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano.

Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. Em certa medida, qualquer um de nós tem limite morais, podendo excluir moralmente os demais em alguma esfera de nossas vidas. Em geral, expressamos sentimentos de obrigações morais na família, com amigos, mas nem sempre com estranhos e, menos ainda, com inimigos e membros de grupos negativamente estereotipados. Pelos processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral são julgados com mais dureza e suas falhas justificam o utilitarismo, a

---

<sup>25</sup> Os termos “branquitude” e “branquidade” são sinônimos. De acordo com Ruth Frankenberg, a branquidade é “um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial”.

exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados. (BENTO, 2014, p. 29-10)

A trajetória do negro no Brasil é formada por uma série de restrições, desprezos e eliminações. Na chegada ao Brasil, os negros escravizados foram separados de familiares, de amigos e de outros membros do mesmo grupo linguístico. Com o enfraquecimento de laços, os colonizadores acreditavam poder evitar motins e rebeliões.

Essa separação foi o primeiro passo para o epistemicídio que tentou calar idiomas africanos e práticas políticas, culturais e sociais. Foi um processo intenso. Os terreiros de candomblé da Bahia, por exemplo, só puderam praticar sua liturgia sem precisar pedir autorização à Delegacia Estadual de Crimes contra os Costumes, Jogos e Diversões Públicas a partir de 15 de janeiro de 1976 (Lei Estadual nº 25.095).

A legislação brasileira ajudou a manter as desigualdades raciais no país. Em 1850, a Lei das Terras definiu a compra como única maneira de aquisição da terra (BRASIL, Lei nº 601). Ou seja, a partir de 18 de setembro daquele ano, as ocupações estavam proibidas e só seriam reconhecidas posses pós-1822 se existissem registros em cartórios ou paróquias dos municípios. Herança ou compra e venda tornaram-se os únicos meios legais de acesso à terra – até mesmo no caso de terras devolutas (terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares).

A lei encerrou a possibilidade de uma possível transformação de escravos libertos em posseiros fundiários. Em outras palavras, embarreirou o acesso de negros à posse de terras no Brasil (THEODORO, 2008).

Trinta anos depois, mais precisamente em 1881, entrou em vigor o decreto nº 3.029, conhecido como Lei Saraiva, que ordenava eleições diretas no país para todos os cargos (exceto para regente). Contudo, o voto não era universal. Escravos não podiam votar e a participação dos eleitores só era possível se fosse comprovado 200 mil réis de renda líquida anual. Candidatos a

deputado geral tinham que registrar renda anual de 800 mil réis (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 1881). Números exorbitantes para escravos libertos.

Dois anos depois da abolição da escravatura – episódio sempre lembrado pela ausência de políticas públicas inclusivas –, foi aprovado um dos decretos que deixou ainda mais evidente a posição do Estado em relação à população negra no país e a o futuro que ambicionava. O decreto de 28 de junho de 1890 impôs quais imigrantes seriam considerados desejáveis e indesejáveis:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] exceto os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas. (BRASIL, decreto nº 528, 1890)

A preocupação com a origem dos imigrantes também foi registrada no Estado Novo (1939-1945) de Getúlio Vargas, mais especificamente no decreto-lei nº 7.967, de 27 de agosto de 1945: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional”.

Vargas deixou outra contribuição para o legado racista do estado brasileiro. O decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, estabeleceu ociosidade como crime e passou a punir a vadiagem com prisão de até 3 meses. Compunham o quadro de “contraventores”, pobres, desempregados e pessoas sem documentos. Apesar da escassez de dados, sabe-se que a maioria das pessoas presas como “vadias” eram negras (pretas e pardas) por – até hoje – representarem a maioria da população pobre e desempregada (IPEA, 2016). Pouco mais de 50 anos depois da abolição, a igualdade ainda soava como um termo estranho.

É depois da sucessão de eventos abolição-políticas de imigração-falta de qualificação e desemprego em massa da população negra que se percebe a transformação da imagem do negro de bom escravo a mau cidadão (MOURA, 1977), e a intensificação dos estereótipos negativos atribuídos à população negra. Sem ter como sobreviver, negros e mulatos passam a liderar os índices

de criminalidade<sup>26</sup> e aos questionadores, ficou imposto o rótulo de “perigoso”: “Aqueles negros que adquirem, por diversos meios, consciência da situação em que se encontram, postulam medidas e criam possibilidades reivindicatórias para si e para os demais, são considerados perigosos”, afirma Clóvis Moura.

O autor faz uma observação importante ao afirmar que as discriminações são camufladas por uma ideologia que apresenta como mau aquele que não ascendeu na escala social:

Evidentemente, tais atitudes e representações não se manifestam em um plano consciente, nem se configuram em uma ideologia racista compacta e confessa. É justamente porque as classes dominantes querem manter o aspecto de igualdade no mercado (todos são “livres” para vender sua força de trabalho) que mantêm esse sentido de manter a aparência de que é o próprio negro que não tem condições, por si mesmo, de chegar aos estratos superiores e deliberantes, pois, a democracia racial que temos lhe proporciona as oportunidades necessárias para isto. (MOURA, 1977, p. 50)

Clóvis Moura chega a uma conclusão de extrema relevância: há uma diminuição do segmento preto e pardo na população brasileira, mas tal processo não se dá por meio de casamentos interétnicos, como prega o mito da democracia racial. O embranquecimento acontece porque eles são a maioria na faixa da marginalidade, do subemprego e da miséria, fatores que acarretam em altos índices de mortalidade. “Não é, portanto, um branqueamento feito através da miscigenação, mas da morte”, pontua Clóvis Moura (1977).

Quase 30 anos depois, o filósofo e cientista político Achille Mbembe nomeou a realidade descrita por Clóvis Moura como necropolítica. Na categoria desenvolvida pelo professor camaronês, o Estado exerce o seu poder de soberania, cuja capacidade está em definir “quem tem importância e quem não tem, quem está desprovido de valor e pode ser facilmente substituído e quem não pode” (MBEMBE, 2006). Outra característica dessa soberania é que ela está

---

<sup>26</sup> Moura demonstra a partir da tabela “Índice de criminalidade de negros e mulatos na cidade do Rio de Janeiro em 1950” a alta criminalidade nos considerados “homens de cor”. Na época, eles representavam 30% dos homens da cidade e 61% dos criminosos. HUNGRIA, Nelson. Criminalidade de homens de cor no Brasil. Rio de Janeiro: Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Vol I., nº 7, 1950. In: MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

à margem da lei e a violência do Estado opera – supostamente – à serviço da civilização.

A semelhança entre o biopoder de Michel Foucault com a necropolítica de Mbembe é notória e, não por acaso, são as diferenças entre os dois conceitos que me fizeram optar por trabalhar com a ideia da política da morte. Na conclusão de “Necropolítica”, o próprio Mbembe alerta: “Tentei mostrar que a noção de biopoder é insuficiente para refletir as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte”.

Os estudos do antropólogo Jaime Amparo Alves também auxiliam a detalhar as distinções entre as categorias. A necropolítica é uma expansão do biopoder porque “ênfatiza a primazia da morte como estratégia de exercício do poder moderno em territórios e populações tidos como ameaça latente”.

Apesar de descrever formas de dominação e de submissão de países do continente africano pós-colonial, a análise do camaronês pode ser aplicada aos países de terceiro mundo, como o Brasil. Desse modo, o termo cunhado por Mbembe compreende com mais exatidão a realidade negra e periférica brasileira.

Uma análise crítica de tais categorias nos permite dizer que alguns corpos e alguns territórios racializados recebem a preferência na distribuição das chances de vida e de morte. Portanto, a noção de necropolítica desenvolvida por Mbembe, ainda que utilizada em outro contexto, nos parece mais apropriada para dar conta da experiência de negras e negros em seus encontros mortais com o Estado porque tal noção explicita os limites das tecnologias de governamentalidade neoliberal em lidar com as dinâmicas espaciais urbanas em sociedades estruturadas na dominação racial. (ALVES, p. 199, 2010)

No Brasil, os corpos racializados são os corpos negros e indígenas que há séculos (sobre)vivem na marginalidade, com políticas públicas excludentes e com a ausência do Estado na execução e na manutenção dos serviços básicos como saúde, educação e segurança.

O modus operandi da polícia brasileira sugere que quando confrontado com corpos negros, o poder de soberania – o poder de decidir quem vive e quem morre – se converte tão somente no direito de fazer morrer: não há espaço para a produção de

corpos dóceis porque trata-se de corpos-vazios, matáveis. Neste contexto, alguns territórios ambientam a “topografia da crueldade” e algumas populações figuram como não-cidadãos, ou numa análise mais otimista, como cidadãos de segunda categoria. Aqui, a distribuição calculada da morte é o que se configura como a (necro)política moderna de gestão e controle de territórios e corpos vistos como violentos. (ALVES, 2010, p. 199)

O Rio de Janeiro, cidade onde vivem as mães entrevistadas, executa ações necropolíticas quando o governo do Estado autoriza o fechamento de 40 unidades de saúde ou quando permite que policiais armados atirem de helicópteros na população do Complexo do Jacarezinho (Zona Norte), por exemplo. Esses episódios, ocorridos em agosto de 2017, são alguns elementos da política que permite a morte daqueles que não têm valor, que podem ser substituídos. São alguns casos de necropolítica aplicados pelo país há séculos e aperfeiçoados de tempos em tempos.

Durante as entrevistas, as mães não utilizaram os termos “branquitude” ou “necropolítica” para descrever e detalhar o cenário do extermínio da juventude negra. Elas não usaram o termo acadêmico mas, durante todo tempo, descreveram essas categorias com outras expressões e com exemplos práticos na vida de cada uma, como no momento em que Aparecida cita o caso da atriz e apresentadora Cissa Guimarães e quando Ana Paula fala como a população periférica no Rio de Janeiro é tratada pelo governo estadual e federal.

### 3.6 Direitos humanos e a superação da não-cidadania

A luta pela prática efetiva dos direitos humanos, possibilitando a vivência plena da cidadania, é um anseio secular da população negra brasileira. Sabe-se que o racismo e as barreiras que ele promove são problemas nos cinco continentes, e para auxiliar no breve percurso histórico dos direitos humanos, foram selecionados alguns autores, entre eles, Lynn Hunt. Em “A invenção dos direitos humanos” (2009), a autora panamenha recorda que assim como crianças, insanos, prisioneiros e mulheres, os escravos e os negros livres estavam fora do conceito e da prática universal dos direitos humanos. E, mesmo sendo considerados elitistas, racistas e misóginos por alguns segmentos, os

movimentos pró-direitos humanos – ainda assim – foram considerados progressistas para época (séculos 18 e 19), diante tanto preconceito, intolerância e falta de empatia.

Ao final de sua narrativa, Hunt indaga:

O que devemos concluir do ressurgimento da tortura e da limpeza étnica, do emprego continuado do estupro como arma de guerra, da opressão continuada das mulheres, do crescente tráfico sexual de crianças e mulheres e das práticas subsistentes da escravidão? Os direitos humanos nos desapontaram por se mostrarem inadequados para a sua tarefa? (HUNT, 2009, p.211)

Em um século 21 tão moderno tecnologicamente e tão retrógrado e violento nas relações humanas, tende-se ter uma resposta pessimista. Mas a pesquisadora deixa uma sugestão esperançosa. Para ela, a reivindicação de direitos universais, iguais e naturais estimulou sim o crescimento de fanáticas ideologias da diferença, contudo, há o reconhecimento desses crimes e há a existência de órgãos, cortes e convenções internacionais, que mesmo lentos e com certas querelas, apresentam-se como as figuras institucionais mais adequadas na luta pelos direitos humanos (HUNT, 2009).

Ainda assim, também é preciso concordar que a permissão para ser cidadão e a possibilidade para exercer essa cidadania plena sempre foram realidades complexas para o negro concretizar no mundo ocidental capitalista - a exemplo dos episódios na França, na Espanha e nos Estados Unidos, citados por Hunt.

Admitindo que os direitos humanos tiveram e têm limitações, deixa-se uma brecha para pensá-los de uma outra maneira. Em “A reinvenção dos direitos humanos” (2008), Herrera Flores sinaliza a relevância de uma nova perspectiva de direitos humanos. “Concretizar os direitos humanos como práticas sociais concretas nos facilitaria ir contra a homogeneização, a invisibilização e a hierarquização de práticas institucionais tradicionais” (HERRERA FLORES, 2008), afirmou o autor espanhol. Esse seria um dos passos para o caminho alternativo, em que ideologias não são naturalizadas, e não há espaço para injustiças e explorações.

No documento “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro” (2015), a Anistia Internacional faz algumas recomendações ao governo do estado do Rio de Janeiro; ao Ministério Público do estado; ao Governo Federal e ao Congresso Nacional. Entre essas recomendações está a garantia da adequada implementação, em todos os estados federados, da Resolução nº 08, de 20 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como “auto de resistência” e “resistência seguida de morte”, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime.

Recomendações são importantes, porém, elas tornam-se pouco eficientes se não forem pensadas novas formas de fazer e perpetuar os direitos humanos. Nos depoimentos das mães, percebem-se a insuficiência de determinadas medidas e a violação sistemática desses direitos. O fim da designação “auto de resistência” não garantiu e não garante o fim das mortes violentas de jovens negros no Brasil.

[...] os números que revelam o grau de vitimização da juventude negra apontam para um projeto que investe claramente contra o futuro, contra as possibilidades de todo um contingente existir e reproduzir. Não há flagrante mais incontestável de uma política de extermínio em massa: deve-se matar os negros em quantidade, atingindo preferencialmente os jovens enquanto cerne vital da continuidade de existência em grupo. (FLAUZINA, 2005, p. 116)

Por isso, o extermínio da juventude negra é uma das principais frentes do genocídio da população negra. De acordo com Ana Luiza Flauzina, os assassinatos sistemáticos de negros e negras no Brasil fazem parte do projeto genocida do Estado brasileiro, cujo racismo é fundamento para esse extermínio.

Para a pesquisadora, o projeto está em curso desde a abolição da escravidão e que nunca foi cessado pelo Estado.

A agenda genocida é recepcionada pelos sucessivos governos que assumiram a condução do país desde então, sem que se alterassem os termos desse pacto. Daí a grande dificuldade em se ter acesso ao projeto: ele não é episódico, mas estrutural. (FLAUZINA, 2005, p. 116)

Enquanto o Estado não assumir sua agenda genocida e suas práticas necropolíticas jovens negros vão continuar morrendo todos os dias. Não há direitos humanos que suporte tanta indiferença.

Figura 8 – Camiseta do grupo Mães de Manguinhos



Fonte: Maíra de Deus Brito/Reprodução

## CONCLUSÃO

*“Eu nasci no dia que viram a raiva parindo  
Onde cidadãos de bem queimam terreiros  
Espancam mulheres e odeiam os pretos  
Odeiam o gueto, matam por dinheiro”  
(Baco Exu do Blues – “Capitães de Areia”)*

“História de vida de mães que perderam os filhos assassinados: ‘uma dor que não cicatriza’”. A aparente falta de concordância do título da dissertação é proposital. O uso da expressão “história de vida” no singular serve para mostrar que, independentemente de fatores como local de nascimento, estado civil e nível de escolaridade, a história de vida das mães negras que perderam os filhos assassinados é marcada por uma série de exclusões comuns; racismo institucional políticas públicas ineficientes ou inexistentes e o mais importante: por uma dor que não cicatriza.

A taxa crescente de jovens negros assassinados no Brasil acendeu um alerta para a comunidade acadêmica e para mim, mulher negra de origem periférica.

Nesse momento, decidi que falaria sobre o tema a partir da perspectiva das mães. Eu estava interessada em saber quem são as mulheres que estão perdendo os filhos e o que elas pensam sobre o extermínio em curso.

A proposta era me aprofundar nas falas e convicções de cada uma das mães. Ressalto, mais uma vez, que as mães são as protagonistas desse trabalho. Quando elas aceitaram conversar comigo foi porque perceberam esta dissertação como um meio de ver o debate sobre o extermínio da juventude negra dentro da academia – um ambiente ainda branco, elitista e distante da realidade das periferias do Brasil.

No primeiro capítulo, “O campo”, mostrei meu diário de campo quase na íntegra na tentativa repassar as diferentes dinâmicas da Zona Sul e da Zona Norte do Rio de Janeiro. Não por acaso, a parte mais negra da cidade é a parte mais pobre, com serviços públicos mais precários e com os direitos humanos sistematicamente violados.

A história de vida das mães começou no segundo capítulo, “Eu, mulher negra, resisto”. Confesso que nesse momento tive algumas surpresas como constatar as políticas de moradias excludentes da cidade (ao me deparar com a trajetória de remoções da família de Ana Paula); a queixa de falha de memória de Aparecida e Ana; e a religiosidade de ambas, que vai de encontro aos dados do IBGE – principalmente quando inserido o recorte de raça e de classe.

A saúde mental delas me preocupa quando penso na realidade brasileira. Se a maior parte da população tem dificuldade de acessar um cardiologista, frequentar psicólogos e psicanalistas é quase utópico. O trauma de perder um filho é indescritível e elas não estão sendo acompanhadas. O descaso do Estado diante dessas mães (e dos demais familiares) é cruel.

No último capítulo, faço uma provocação com o título do emblemático livro de Ana Maria Gonçalves, “Um defeito de cor”. Naquele momento, abordei a velha dor do racismo e do massacre incessante contra o povo negro, que inclui a criminalização do corpo negro – considerado indesejável e que, portanto, pode ser eliminado por meio encarceramento ou pela morte propriamente dita.

Por fim, toco em dois pontos extremamente relevantes para a discussão sobre o extermínio da juventude negra: a branquitude e a necropolítica.

Um dos privilégios da branquitude mais utilizados no Brasil é o silêncio diante as questões raciais. A cada dia, 85 jovens negros são assassinados no país. São números mais alarmantes do que os de países em guerra e não há manifestações ou sinfonias de panelas nas varandas contra esse cenário absurdo.

O brasileiro que desumaniza o negro ao ponto de a morte ser um episódio indiferente é o mesmo que utiliza o discurso racista e classicista contra as cotas nas universidades e nos concursos públicos; que deseja manter a empregada doméstica e o porteiro a salários irrisórios; que resiste a políticas e reformas de distribuição de renda. É aquele que tenta manter, custe o que custar, o sistema escravocrata brasileiro.

Consequentemente, práticas necropolíticas seguem em curso, aprimoradas de tempos em tempos, e nunca questionadas.

No fim do terceiro capítulo, utilizo um trecho da dissertação de Ana Luiza Flauzina em que ela sugere por quais motivos nossos jovens negros vêm sendo assassinados. De acordo com a pesquisadora, matar o jovem é investir contra o futuro e alterar a essência da continuidade do grupo.

Concordo e completo. Matar o jovem negro é também dar continuidade ao projeto de embranquecimento do Estado que tomou fôlego no final do século 19 com a chegada dos imigrantes europeus. O corpo negro é um corpo desvalorizado, desumanizado e, por isso, com práticas de direitos humanos constantemente violadas.

Destaco a experiência de conversar com essas mães. Mais uma vez, agradeço a Aparecida e a Ana Paula por abrirem suas casas, suas lembranças e seus corações para mim. Existe dor em rememorar a morte dos filhos, mas também existe força e coragem para trazer à tona as memórias e as percepções sobre um episódio tão duro na trajetória de cada uma delas.

Também ressalto que a presente dissertação foi entregue, primeiramente, para as mães entrevistadas. Era de extrema importância que as protagonistas dessa pesquisa tivessem o primeiro acesso a esse trabalho que traz acontecimentos tão importantes da vida delas.

Todas as entrevistas foram marcantes, porém, sem dúvidas, há trechos que ressoam todos os dias na minha mente. Quando Ana Paula diz que a mídia também tem as mãos sujas com o sangue dos jovens negros ou quando ela lembra que a morte de Johnatha não foi “a primeira vez que o braço armado do Estado” pesou sobre a família dela, ela reforça, mais uma vez, a importância em falar do extermínio da juventude negra e da participação do Estado nesse processo.

Esta dissertação é o primeiro passo para debates futuros e mais aprofundados sobre raça, gênero e classe, entre outros elementos que compõem uma das principais frentes do genocídio da população negra no Brasil.

É “uma dor que não cicatriza”, como desabafou Aparecida. E enquanto houver racismo e discriminação, haverá luta.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS. **Manguinhos:** Jovem é eletrocutado por PMs e população se levanta contra a UPP. Disponível em: <<http://www.anf.org.br/manguinhos-jovem-e-eletrocutado-por-pms-e-populacao-se-levanta-contra-a-upp/>>. Acesso em 15 ago. 2017.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho:** homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. Disponível em: <[https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho\\_Anistia-Internacional-2015.pdf](https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf)>. Acesso em 15 ago. 2017.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017. Brasília: Ipea, 2017.

BAIRROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez**. Disponível em: <[http://www.criola.org.br/artigos/LEMBRANDO\\_LeLIA\\_GONZALEZ.pdf](http://www.criola.org.br/artigos/LEMBRANDO_LeLIA_GONZALEZ.pdf)>. Acesso em 19 ago. 2017.

BBC Brasil. **5 mapas e 4 gráficos que ilustram segregação racial no Rio de Janeiro**. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151109\\_mapa\\_desigualdade\\_rio\\_cc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151109_mapa_desigualdade_rio_cc)>. Acesso em 10 jul. 2017.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (org). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOITEUX, Luciana. **A nova lei antidrogas e o aumento da pena do delito de tráfico de entorpecentes**. Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim). Ano 14. n. 167. Outubro 2006, p. 8-9.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em 7 ago. 2016.

BRASIL. Decreto nº. 528, de 28 de junho de 1890. Decreta da introdução de imigrantes. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102013&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em 17 jun. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm)>. Acesso em 7 ago. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº. 7.967, de 27 de agosto de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De17967impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17967impressao.htm)>. Acesso em 17 jun. 2016.

BRITO, Maíra de Deus. **As mulheres do fim do mundo: um breve panorama da saúde da mulher negra no Brasil**. I Jornada de Estudos Negros da Universidade de Brasília, 2016.

BRUM, Mario Sergio. **Memórias da remoção: O incêndio da praia do Pinto e a 'culpa' do governo**. Disponível em: <[http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339790201\\_ARQUIVO\\_MemoriasdaRemocaoABHO2012.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339790201_ARQUIVO_MemoriasdaRemocaoABHO2012.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2017.

CAMARANTE, André (org.). **Mães de Maio: Dez anos dos crimes de maio de 2006**. São Paulo: Nós Por Nós, 2016.

CARTA CAPITAL. **Condenação de Rafael Braga gera revolta**. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/22/condenacao-de-rafael-braga-gera-revolta/>>. Acesso em 19 jul. 2017.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Trad. Sandra Mallmann da Rosa. 3 ed. Porto Alegre; Penso, 2014.

CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO. **Incêndio e remoção da favela Praia do Pinto**. Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=153>>. Acesso em 10 jul. 2017.

DAS, Veena. **Critical events: An anthropological perspective on contemporary India**. Nova York: Oxford University Press, 1997.

O DIA. **Carioca perde 250 horas por ano no trânsito, aponta estudo**. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-31/carioca-perde-250-horas-por-ano-no-transito-aponta-estudo.html>>. Acesso em 10 jul. 2017.

O DIA. **Mãe espera condenação de PM por morte do filho**. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-02-09/mae-espera-condenacao-de-pm-por-morte-do-filho.html>>. Acesso em 19 jul. 2017.

EBC. **Justiça do Rio aceita nova denúncia contra Cabral por fraudes no Maracanã e PAC Favelas**. Disponível em: <<http://radioagencianacional.ebc.com.br/politica/audio/2017-04/justica-do-rio-aceita-nova-denuncia-contra-cabral-por-fraudes-no-maracana-e>>. Acesso em 10 jul. 2017.

ESTADÃO. **Cabral acertou propina sobre obra de favela, diz delator.** Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/cabral-acertou-propina-sobre-obra-de-favela-diz-delator/>>. Acesso em 10 jul. 2017.

ESTADÃO. **Moradores filmam PMs colocando arma na mão de vítima de 17 anos.** Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,moradores-filmam-pms-alterando-cena-de-crime-apos-morte-de-jovem-de-17-anos,1771375>>. Acesso em 15 ago. 2017.

FACEBOOK MÃES DE MANGUINHOS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/>>. Acesso em 6 jun. 2017.

FACEBOOK MÃES DE MANGUINHOS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/>>. Acesso em 6 jun. 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-338

GELEDÉS. **Vivendo de amor.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em 10 jul. 2017.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Mader T. (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

O GLOBO. **Rio, o estado menos católico do Brasil.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/jornada-mundial-da-juventude/rio-estado-menos-catolico-do-brasil-9118186>>. Acesso em 18 jul. 2017.

O GLOBO. **O adeus de Joselita, mãe de menino morto em Costa Barros.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-adeus-de-joselita-mae-de-menino-morto-em-costa-barros-19680236>>. Acesso em 19 jul. 2017.

GOMES, Maria Tereza Uille. **Estudo técnico para sistematização de dados sobre informações do requisito objetivo da Lei 11.343/2006.** Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Curitiba, 2014. Disponível em: <[www.politicassobredrogas.pr.gov.br](http://www.politicassobredrogas.pr.gov.br)>. Acesso em 17 ago. 2017.

GUIMARÃES, Marco Antonio Chagas; PODKAMENI. Racismo: um mal-estar psíquico. In: BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (orgs.). **Saúde da população negra.** Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

G1. **Distância entre PMs e Eduardo, morto no Alemão, era de 5 metros, diz laudo.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de>>

janeiro/noticia/2015/11/distancia-entre-pms-e-eduardo-morto-no-alemao-era-de-5-metros-diz-laudo.html>. Acesso em 10 jul. 2017.

G1. **Adolescente é morto em tiroteio em Manguinhos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/adolescente-e-morto-em-tiroteio-em-manguinhos.html>>. Acesso em 10 jul. 2017.

G1. **#MapaDoCrime:** casos de mortos em intervenções policiais crescem 60%; mortes de policiais também preocupam. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/mapadocrime-casos-de-mortos-em-intervencoes-policiais-crescem-60-mortes-de-policiais-tambem-preocupam.ghtml>>. Acesso em 15 ago. 2017

G1. **Condenados por morte de filho de Cissa Guimarães recorrem ao TJ-RJ.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/condenados-por-morte-de-filho-de-cissa-guimaraes-recorrem-ao-tj-rj.html>>. Acesso em 10 jul. 2017.

G1. **Justiça nega liberdade a Rafael Braga.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/justica-nega-liberdade-a-rafael-braga-dizem-advogados.ghtml>>. Acesso em 17 ago. 2017.

HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinvencción de los derechos humanos.** Sevilla: Ed. Atrapasueños, 2008.

hooks, bell. Vivendo de amor. IN: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maysa; EVELYN C. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras:** nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas Editora / Criola, 2006.

HUNGRIA, Nelson. Criminalidade de homens de cor no Brasil. Rio de Janeiro: Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Vol I., nº 7, 1950. In: MOURA, Clóvis. **O negro:** de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IBGE. **Censo 2010:** número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>>. Acesso em 18 jul. 2017.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.** Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_educacao.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html)>. Acesso em 10 jul. 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo:** Diário de uma Favelada. 1ª Ed, São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JORNAL NACIONAL. **Filho de desembargadora preso por tráfico de drogas é solto no MS.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/filho-de-desembargadora-preso-por-trafico-de-drogas-e-solto-no-ms.html>>. Acesso em 17 ago. 2017.

JUSBRASIL. **Rafael Braga é preso com novo flagrante forjado, diz advogado.** Disponível em: <<https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/296272830/rafael-braga-e-preso-com-novo-flagrante-forjado-diz-advogado>>. Acesso em 17 ago. 2017.

JUSBRASIL. **STJ - HABEAS CORPUS:** HC 322684 RJ 2015/0101761-0. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/186376263/habeas-corpuz-hc-322684-rj-2015-0101761-0>>. Acesso em 17 ago. 2017.

LUIZ, André; XAVIER, Francisco Cândido. **Nosso lar.** Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1994.

MALAQUIAS, Maria Célia. Relações raciais no palco da vida: considerações sociocráticas. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (org.). **O racismo e o negro no Brasil:** questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: **Traversées, diasporas, modernités, Raisons Politiques**, nº 21, 2006, pp. 29-60. Presses de Sciences Po. Editorial Melusina, S. L.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

A NOVA DEMOCRACIA. **“A festa nos estádios não vale as lágrimas na favela”.** Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-133/5429-a-festa-nos-estadios-nao-vale-as-lagrimas-na-favela>>. Acesso em 10 jul. 2017.

PONTE CARTA CAPITAL. **PM mata adolescente no Morro da Providência.** Disponível em: <<http://ponte.cartacapital.com.br/pm-mata-adolescente-no-morro-da-providencia-no-rio/>>. Acesso em 10 abr. 2017.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: ALBERTI, V., FERNANDES, TM., e FERREIRA, MM. (orgs.). **História oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

PREFEITURA DO RIO. **A política de remoção de favelas no passado.** Disponível em: <<https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura/a-pol%C3%ADtica-de-remo%C3%A7%C3%A3o-de-favelas-no-passado-9297ee02457f>>. Acesso em 10 jul. 2017.

REDE BRASIL ATUAL. **Mostra de Psicologia: negros são mais vulneráveis ao sofrimento psíquico.** Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/saude/2012/09/populacao-negra-e-a-mais-vulneravel-ao-sofrimento-psiquico>>. Acesso em 18 jul. 2017.

REIS, Vilma. **Atucaiados pelo Estado: as** políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de salvador e suas representações. 2005. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2005.

REIS, Vilma. Juristas Negros e Negras: por vidas e liberdade no Brasil. In: FLAUZINA, Ana; FREITAS, Felipe; VIEIRA, Hector; PIRES, Thula. **Discursos negros: legislação penal, política criminal e racismo.** Brasília: Brado Negro, 2015.

REVISTA QUEM. **Carlinhos de Jesus:** “Essa dor é minha. Tenho que superar”. Disponível em: <<http://revistaquem.globo.com/Revista/Quem/0,,ERT285901-9531,00.html>>. Acesso em 10 jul. 2017

ROSEMBERG, Fúlvia; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK, Teun Adrianus Van (org). **Racismo e discurso na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER. Julio. **O preconceito.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

A TARDE. **Tradição secular.** Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1799417-tradicao-secular>>. Acesso em 20 de ago. 2017.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/titulo-eleitoral/1o-titulo-eleitoral-1881>>. Acesso em 7 ago. 2016.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe.** Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2006. p. 22-41

## **APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A Senhora está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa da aluna Maíra de Deus Brito, mestranda do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (UnB) e orientanda da professora Vanessa Maria de Castro.

Nesta pesquisa, pretendo investigar o extermínio da juventude negra no Brasil a partir da história de vida e de depoimentos de mães que perderam seus filhos. Um dos motivos que me levam a estudar o tema é o fato de que os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem principalmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: A Senhora participará de uma entrevista e sua identidade será mantida em sigilo.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com o debate sobre a violência no Brasil que tem como alvos preferenciais corpos negros. Frisando que o extermínio da juventude negra é um dos vetores fundamentais do genocídio da população negra.

Para participar deste estudo a Senhora não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A Senhora terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada antes da publicação. A Senhora não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, em Brasília, e a outra será fornecida à Senhora. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira

(Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informada dos objetivos da pesquisa da aluna Maíra de Deus Brito, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

**Nome da Pesquisadora Responsável:** Maíra de Deus Brito

**Endereço:** Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania -  
Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares

ICC Central, Bloco B, Mezanino, salas 357/308

Universidade de Brasília - Campus Darcy Ribeiro - Asa Norte, Brasília-DF

**Fone:** (61) 3107-6368

**E-mail:** [jornalistabrito@gmail.com](mailto:jornalistabrito@gmail.com)

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **Aspectos gerais sobre a entrevistadas: dados socioeconômicos:**

- Nome completo, data e local de nascimento.
- Tempo que mora o Rio de Janeiro e local onde reside.
- Por que a senhora escolheu morar nesse lugar?
- Onde, quando e por que começou a trabalhar; profissão e atual local de trabalho; carga horária de trabalho e experiência no mercado de trabalho.
- Escolaridade; quantidade de filhos.
- Quantas pessoas moram na residência?
- Frequenta alguma instituição religiosa?
- Auto declaração em relação a cor ou raça.

### **Concepções sobre a relação mãe e filho:**

- Quantos anos a senhora tinha quando seu filho nasceu?
- Seu filho estudou até qual série/ano?
- Ele deixou a escola? Se sim, por que?
- Seu filho tinha algum trabalho formal ou informal? Se sim, qual?
- Qual era o nível de importância do trabalho do seu filho para a renda da casa?
- Quais foram as mudanças na casa da senhora após a morte dele?
- Além desse filho, a senhora já perdeu outros familiares de forma violenta?
- Nesse processo de luto, a senhora contou a ajuda de amigos, amigas e familiares?
- Como a senhora está lidando com essa dor?
- Como está a saúde da senhora depois da morte do seu filho?

### **Concepções sobre a relação morte-Estado:**

- A senhora percebeu algo que colocasse em risco a vida do seu filho?
- A senhora sofria algum aperto no peito quando ele ia para a rua?
- Quando e onde seu filho morreu?
- Como a senhora soube da morte dele?
- De acordo com a polícia, qual foi a causa da morte?
- A senhora acredita nessa versão? Se não, na sua opinião, qual foi o motivo?

- A senhora acha que existe diferença entre ser branco e morar na Zona Sul do Rio de Janeiro e ser negro e morar na periferia? Quais são essas diferenças?
- A senhora acha que os políticos cuidam das pessoas de forma diferente? Como os políticos tratam a senhora e as pessoas que moram aqui?
- E a polícia trata diferente?
- A senhora se sente uma cidadã de fato?
- A senhora acredita que exista alguma relação entre seu filho ser negro e pobre com o fato dele ter sido morto?